

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVII • Nº 388
Brasília-DF • Setembro 2016

Hidrelétricas afligem Rikbaktsa e Juruena

Os cenários, tanto presente como futuro, são trágicos. O elevado número de projetos hidrelétricos na bacia do Tapajós, que inclui o Rio Juruena, já determina severos impactos diretos. Se eles forem implementados, povo Rikbaktsa sofrerá os mais intensos e nocivos impactos, afirma pesquisador. *Página 8*

ENTREVISTA Dorival Gonçalves Junior:
"A energia hidrelétrica é tão lucrativa no Brasil que mesmo na recessão econômica a disputa pelos empreendimentos não cessa"

Páginas 9, 10 e 11

Três Awá de recente contato decidem voltar para a floresta amazônica, pondo em xeque a suposta superioridade da civilização ocidental

Página 6

Proposta orçamentária da Funai é a menor em 10 anos

Cleber César Buzatto, Secretário Executivo

A proposta orçamentária para o ano de 2017, enviada pelo governo Temer ao Congresso Nacional há alguns dias, estabelece um teto de R\$ 110 milhões para despesas discricionárias* para a Fundação Nacional do Índio (Funai). Trata-se do menor valor orçado para esta Fundação nos últimos 10 anos.

Em 2007, o valor aprovado foi de R\$ 120,4 milhões. Considerando a inflação acumulada do período, 60,88%, a previsão de perda orçamentária da Funai para o ano 2017, relativamente a 2007, beira os 70%. Essa queda fica ainda mais expressiva na comparação com o orçamento aprovado para o ano 2013, que foi de R\$ 194 milhões.

O orçamento 2017 está sendo analisado pelo Congresso Nacional, que poderá reduzir ainda mais os recursos destinados ao órgão indigenista. A título comparativo, para o ano 2016, o orçamento da Funai sofreu um corte de R\$ 38 milhões ao tramitar no Congresso. Na ocasião, a proposta inicial, que era de R\$ 150 milhões, foi dilapidada e aprovada com R\$ 112 milhões, uma redução de 37,67% relativamente ao orçamento de 2015. O valor em questão, por óbvio, é insuficiente, e colocará o órgão indigenista em insolvência financeira caso não ocorra uma suplementação nos próximos períodos.

Nesse contexto, desde 2015, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tem sido usada pela bancada ruralista como instrumento para "justificar" as investidas que vêm dilapidando o orçamento indigenista.

Como fica evidente, colocar a Funai em estado vegetativo e matá-la por estrangulamento orçamentário é parte da estratégia governo-ruralista no ataque aos direitos indígenas em curso no país.

Os ruralistas sabem que, com um orçamento extremamente reduzido, mesmo continuando a existir oficialmente, o órgão indigenista do Estado brasileiro perde as condições

mínimas necessárias para dar seguimento às suas tarefas institucionais.

A criação de Grupos de Trabalho (GT) para estudos de identificação e delimitação de terras indígenas, a indenização a ocupantes de boa-fé de terras demarcadas, a proteção das terras indígenas contra invasores, a presença de servidores junto a comunidades indígenas atacadas por milícias armadas ou abandonadas à própria sorte em beiras de rodovias e os investimentos nas terras demarcadas são algumas das ações inviabilizadas com o estrangulamento orçamentário do órgão indigenista.

A perspectiva de aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016, enviada pelo governo Temer ao Congresso Nacional, agrava ainda mais a situação. A referida PEC propõe o congelamento do orçamento de todos os poderes da União e dos órgãos federais por um período de 20 anos. Na prática, nas condições que estão postas, com a aprovação desta PEC, o orçamento da Funai ficará estagnado num patamar extremamente baixo pelas próximas duas décadas, o que acarretará na sua inexorável asfixia.

Como sabemos, o resultado de tudo isso é o agravamento da situação de demandas represadas, de conflitos e de violências contra os povos indígenas no Brasil.

A responsabilidade do governo brasileiro e do Congresso Nacional, nesse contexto, é direta e intransferível. Aos povos indígenas cabe a tarefa necessária e urgente de incidir politicamente a fim de reverter o quadro tenebroso almejado pelo golpismo ruralista contra suas futuras gerações. Aos aliados, mesmo sendo perseguidos e criminalizados pelos mesmos inimigos, cabe a missão de manterem-se firmes e altivos no apoio à luta dos povos em defesa de seus projetos de vida plena.

Apesar de tudo, a luta e a esperança continuam. Quanto mais luta, maior a esperança.

* Não considera despesas obrigatórias com pessoal e benefícios

Porantinadas

Cimi na ONU

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) obteve, no início de agosto, *status* consultivo especial no Conselho Econômico e Social (Ecosoc) da ONU. Após dois anos de análise de documentos e relatórios, o Conselho aprovou a concessão do *status*, afirmando que reconhece a competência técnica e especializada e a experiência prática da entidade na temática indígena. Desse modo, o Cimi poderá ser requerido pelo Conselho da ONU, por suas comissões ou por um de seus Estados membro para contribuir sobre assuntos e situações relacionadas aos povos indígenas no Brasil. Infelizmente, violação, violência e omissão em relação aos direitos destes povos, também pelo Estado, são crescentes por aqui. Ou seja, o Cimi tem uma missão hercúlea à frente.

Violentos e armados

Onze armas (dois revólveres e um rifle calibres 38, uma pistola .380 e sete espingardas), além de 310 cartuchos e dois carregadores de pistola. Este foi o resultado de uma apreensão realizada pela Polícia Federal no dia 22 de agosto nas propriedades dos cinco fazendeiros que haviam sido presos preventivamente quatro dias antes por envolvimento no ataque ao povo Guarani e Kaiowá da comunidade Tey Kuê, em Caarapó (MS). Também foram apreendidos carregadores sem a respectiva arma e armamentos registrados em nome dos fazendeiros presos não foram localizados. Os ataques paramilitares, que contam com milícia privada, têm sido constantes na região.

Pode ficar pior

Para o Ministério Público, responsável pela força-tarefa, o resultado da apreensão reforça as investigações em curso: "a perícia realizada no local do ataque à comunidade encontrou projéteis deflagrados em calibres similares às munições apreendidas". Em 10 meses de investigações, doze pessoas já foram denunciadas por formação de milícia privada contra os indígenas em outro caso. Da união da Bancada do Boi com a Bancada da Bala, no Congresso Nacional, surgem diversas propostas que pretendem permitir o acesso às armas praticamente sem qualquer controle. Se o genocídio dos povos indígenas já é uma realidade hoje, como será amanhã?

Ladeira abaixo



Teia dos Povos realiza II Marcha, na Bahia, em apoio aos Tupinambá

Trabalhadores e trabalhadoras sem terra, quilombolas, estudantes, militantes de diversos movimentos e pastorais sociais e antropólogos participaram de série de eventos em defesa da demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Cacique Ramón Tupinambá cresceu na aldeia Tucum, na região litorânea da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. “As mineradoras destroem nosso território para a construção civil”, revela ele atrás de seus óculos com lentes “fundo de garrafa”. Ramón é uma jovem liderança do seu povo e conhece bem o território tradicional tão cobiçado pela iniciativa privada.

O cacique lembra de Caboclo Marcelino Tupinambá: “Essas pedras, areia e minérios retirados da nossa terra estão servindo pra construir algumas pontes”, diz. Ilhéus e os municípios incidentes na terra indígena são divididos por rios, o que sempre obrigou a construção de travessias. “Marcelino foi preso e morto justamente porque era contra a construção dessas pontes, na década de 1940, usadas para nos retirar da terra”, diz Ramón.

Marcelino desapareceu numa prisão do Rio de Janeiro. O Estado nunca reparou os Tupinambá por isso, tampouco pelos fatos mais recentes de violências envolvendo a Polícia Federal. Na XVI Caminhada dos Mártires Tupinambá, ocorrida em Olivença, a memória de Marcelino foi reavivada. Os Tupinambá caminham até a praia do Cururupe, onde em 1559 ocorreu a Batalha dos Nadadores, um verdadeiro massacre comandado por Mem de Sá, administrador colonial português.

Passados mais de cinco séculos, utilizando outras armas e estratégias, o Estado segue os objetivos de Mem de Sá: uma portaria declaratória de demarcação sem quaisquer impedimentos para publicação segue na gaveta do Ministério da Justiça. Há tempo suficiente também para os herdeiros dos inimigos de Marcelino agirem.

Em 2013, a Associação de Pequenos Agricultores de Ilhéus, Una e Buerarema (Aspaiub), empresários destes municípios e alguns moradores entraram no Superior Tribunal de Justiça (STJ) com um mandado de segurança preventivo contra a publicação da portaria. Em abril deste ano, um escritório com mais de 200 advogados entrou na ação e conseguiu uma liminar no STJ impedindo a publicação.

A situação se inverteu em setembro. Por dez votos a zero, os ministros da 1ª Seção do STJ derrubaram em Brasília (DF) o mandado de segurança preventivo que impedia o Ministério da Justiça de publicar o relatório circunstanciado de demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença. No julgamento do mérito, nova vitória. Na II Marcha de Solidariedade da Teia dos Povos com o Povo Tupinambá, a comemoração foi intensa entre os dias 23 e 25 de setembro.

Mas a história ensinou aos Tupinambá que eles não podem confiar nos *karaybas*. No último mês de abril, por exemplo, o cacique Babau Tupinambá e seu irmão Teity caíram em uma armadilha e foram presos pela Polícia Militar. Um dia antes, ambos haviam participado de uma reunião com representantes do governo da Bahia e celebrado um acordo para que a uma reintegração de posse não fosse executada contra a aldeia Gravatá, explorada à exaustão por uma mineradora que retira toneladas diárias de areia da área.



Na Praça central de São José, Tupinambá, Pataxó e Pataxó Hã-hã-hãe realizaram o ritual que deu início à marcha, marcada pelos cantos e gritos de protestos

O fato é que a reintegração ocorreu. Ao se dirigirem ao local para averiguar a informação e a situação dos parentes Tupinambá, Babau e Teity foram perseguidos pela PM, que por decisão judicial escoltava os caminhões de areia da mineradora na aldeia Gravatá. Eles foram encaminhados à Penitenciária de Ilhéus e, posteriormente, à prisão domiciliar na aldeia Serra do Padeiro. São acusados de porte de armas, desacato, agressão e descumprimento de decisão judicial. Nada comprovado, porém.

Mas os Tupinambá não estão sozinhos. Além do movimento indígena e demais apoiadores, caso do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), contam com a Teia dos Povos. Trabalhadores e trabalhadoras sem terra, quilombolas, estudantes, militantes de diversos movimentos e pastorais sociais da Igreja Católica e antropólogos compõem o ativo movimento em solidariedade aos Tupinambá.

Marcha, caminhada, roda e terreiro

Em setembro, cerca de 200 pessoas participaram da II Marcha de Solidariedade da Teia dos Povos com o Povo Tupinambá. A partir do município de São José da Vitória até a aldeia Serra do Padeiro, em Buerarema, já território indígena, os 15 km foram percorridos pelo povo e por seus apoiadores em um ato espiritual e político.

Faixas e danças compuseram a sinfonia de povos em luta por seus direitos, a partir do direito de um: os Tupinambá. “Em defesa do povo Tupinambá!” e “Pela libertação de cacique Babau e Teity!”, defendiam os manifestantes, entre outras demandas.

Um outro ponto alto da marcha foi a defesa da autodemarcação Tupinambá. “Se o governo não publicar a portaria, vamos autodemarcar. Isso significa que vamos colocar os marcos nos limites da terra que está no papel do governo e retirar os invasores de dentro”, explica o cacique Gildo Tupinambá. E essa luta é composta também pelas mulheres e jovens indígenas, que durante as atividades da II Marcha da Teia dos Povos se reuniram.

“A Marcha é uma consequência natural de solidariedade entre os povos, pactuada a partir das Jornadas e

Trechos de Agroecologia que acontecem desde 2012, no sul da Bahia. Nesse contexto o que está em jogo é a defesa das terras sagradas Tupinambá, bem como de outros povos originários e o enfrentamento à criminalização e militarização”, asseguram os organizadores da II Marcha.

A I Marcha de Solidariedade ocorreu em março de 2014. O entendimento, expresso em diversas oportunidades pelos Tupinambá, é que não se trata apenas da demarcação da terra indígena, mas de todo um contexto de classe no sul da Bahia, e também no país, que nega direitos territoriais a trabalhadores sem terra, quilombolas, demais camponeses e comunidades tradicionais.

Contra a criminalização e o racismo

Todavia, o preço pago por essa união legítima é a criminalização dos envolvidos pelo Estado. Um helicóptero da PM dava rasantes na Serra do Padeiro no fim da caminhada. Os organizadores da Teia dizem que isso começou com “o dispositivo Garantia da Lei e da Ordem, acionado pelo governador Jacques Wagner e assinado pela presidenta Dilma Rousseff, reforçando ainda mais a ocupação militar na terra Tupinambá”.

Para quem já enfrentou uma ocupação do Exército e afugentou batalhões da Polícia Federal sem violência, caso dos Tupinambá da Serra do Padeiro, voos rasantes de helicóptero parecem uma bobagem; não é. “Vamos seguir enfrentando, mas a gente também vai continuar denunciando que isso é o Estado fazendo barbaridades numa terra indígena reconhecida. Sabemos o que nossa luta representa”, pontua cacique Ramón.

Outras atividades compuseram a II Marcha, numa intensa troca de experiências entre os participantes. “À noite, em volta da fogueira sagrada da Serra, houve um ‘Diálogos dos Povos’, relatos de lutas, sonhos, desafios, expectativas. O cacique Babau deu as boas vindas para todos e todas e iniciou o encontro com uma rica e profunda reflexão (...) iluminada pelas chamas da fogueira sagrada”, ressaltou a nota da Teia dos Povos.

A reunião das “Mulheres da Teia” ocorreu no dia 24, com os seguintes objetivos: “Levantar as ações auto-organizadas pelas mulheres de cada comunidade da Teia dos Povos, criar uma comissão das Mulheres da Teia e construir a agenda coletiva das mulheres da Teia dos Povos”. Em paralelo foi realizado um “Terreiro Lúdico” com as crianças. Os jovens se reuniram para discutir articulações entre os povos.

A II Marcha da Teia seguiu no dia 25 em direção a Olivença, onde se somaram à XVI Caminhada dos Mártires Tupinambá, “momento em que os Tupinambá relembram as diversas batalhas na defesa e garantia de seu território ao longo destes 516 anos de resistência, em especial a “Batalha dos Nadadores” e a luta do Caboclo Marcelino em defesa de sua terra”. Um outro grupo da II Marcha se dirigiu para o município de Itacaré, onde participaram do XV Caruru de Ibeiji e as Pedagógicas. “Uma celebração cultural dedicada à infância e à construção de uma cultura antirracista”, definem os organizadores. ♦

Bem Viver: um rompimento essencial

Egon Heck, do Secretariado Nacional

*"O Bem Viver é eminentemente subversivo.
 Propõe saídas descolonizadoras
 em todos os âmbitos da vida Humana.
 O Bem Viver não é um simples conceito.
 É uma vivência".
 Alberto Acosta*

O economista equatoriano Alberto Acosta considera o Bem Viver como um ponto de partida, um caminho, um horizonte para desconstruir a matriz colonial hegemônica, eurocêntrica e patriarcal, a subjetividade moderna que ignora a diversidade cultural, ecológica e política dos diversos povos.

Seu livro *O Bem Viver – um novo horizonte*, publicado pela Fundação Rosa Luxemburgo em 2015, inspira-se na resistência dos povos originários para propor alternativas anticapitalistas à ideologia do desenvolvimento. Nele, Acosta sistematiza a longa e histórica caminhada que vem sendo realizada por estes povos, especialmente nos países andinos.

O termo *Buen Vivir* remete a idiomas originários: *Sumak Kawsay* (em Quéchuá), *Suma Gamaña* (em Aymará), além de aparecer também como *Nhandereko* e *Teko Porã* (em Guaraní), *Ubuntu* (nas línguas bantu do grupo Ngúni), faladas pelos povos da África Subsaariana, e *Svadeshi*, na Índia. Acosta acrescenta que "existem noções similares ainda entre os Mapuche no Chile, os Kuna no Panamá, os Shuar e os Achuar da Amazônia equatoriana, assim como nas tradições Maia, da Guatemala, e de Chiapas, no México". Os vocábulos, entretanto, não são facilmente traduzíveis e nem suas traduções isentas de controvérsias.

Segundo o antropólogo espanhol Xavier Albó, seria melhor adotar a concepção de "bons viveres". Ou seja, bons viveres dos seres humanos nas comunidades, bons viveres das comunidades com outras comunidades, bons viveres de indivíduos e comunidades na e com a Natureza.

A reflexão sobre este outro paradigma está se embrenhando cada vez mais nas agendas de diversos setores populares, movimentos sociais e populações tradicionais, tanto no campo como nas cidades, questionando o atual modelo de sociedade e propondo processos de construção de outros padrões e patamares nas lutas de transformação social e política, ou seja, um outro mundo. Um exemplo dessa apropriação é o lema da Marcha Nacional das Mulheres Negras, realizada em novembro de 2015, em Brasília: "Mulheres Negras contra o racismo, a violência e pelo Bem Viver".

O material de divulgação do livro de Acosta traz a seguinte reflexão: "O mundo precisa de mudanças radicais. Precisamos outras formas de organização social e práticas políticas. O Bem Viver é parte de uma



“A partir dos povos originários
 Vamos emergir da longa noite colonial
 Que teima em se projetar até os dias atuais,
 Romper o neodesenvolvimentismo,
 Juntar nossas lutas e esperanças
 Para pintar o nosso horizonte
 Com as múltiplas cores
 Da história, da memória
 Espiritualidade, originária e atual.
 Do silêncio do Bem Viver,
 Do ventre da Mãe Terra
 Vamos reencantar nossos
 Arcos e flechas na luta diária,
 Nos caminhos plurais
 Dos projetos de Bem Viver”

Egon Heck

longa busca de alternativas forjadas no calor das lutas indígenas e populares. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis. São ideias surgidas de grupos marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. O Bem Viver se opõe ao desenvolvimento. Mais do que nunca é imprescindível construir modos de vida baseados nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, que não sejam pautados pela acumulação do capital”.

Cabe ressaltar que, como mencionado acima, o Bem Viver não é uma proposição recente. Ela é milenar e vem sendo praticada pelas populações originárias nas mais diversas regiões do planeta. Portanto, o “outro mundo possível” não é uma utopia impraticável. Muitos outros mundos fundamentados em valores e práticas totalmente dissonantes do atual padrão são reais e concretos, vivenciados diariamente por milhares de povos e comunidades em todo o mundo.

Os querer dos povos

Nesta perspectiva, inseriu-se o “Encontro Nacional sobre o Bem Viver e os Quereres nos Territórios”, em Salvador, na Bahia, no final de julho. O encontro reuniu mais de 40 integrantes dos povos indígenas

Assine o **PORANTIM**
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS - Ed. Venâncio III, salas 309/314 - Asa Sul – Brasília-DF - CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 60

Ass. dois anos: R\$ 100

Ass. de apoio*: R\$ 80

América Latina: US\$ 50

Outros países: US\$ 70

* Com a assinatura de apoio
 você contribui para o envio do jornal a
 diversas comunidades indígenas do país

(Tupinambá e Pataxó, da Bahia, e Munduruku, do Pará), quilombolas, de pescadores, de fundo e fecho de pasto, atingidas pela siderurgia e de ocupações urbanas, além de militantes e assessores de organizações sociais. Também participaram três integrantes da Red de la Diversidad, da Bolívia. Organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo, em parceria com o Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e a Fase, o evento contou com a participação de diversas organizações, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Comissão Pastoral da Pesca (CPP) e o Movimento Quilombola do Maranhão (Moquibom), dentre outras.

Os participantes compartilharam reflexões, experiências e projetos de presente e futuro estimulados por temas como: território, violência e resistências; autonomia, soberania e relação com o Estado; dominação, colonialidade e a negação do outro; Bem Viver como horizonte civilizatório do hoje; e Bem Viver nas cidades; além de estratégias de luta e modos de aproximação do Bem Viver e reconfiguração de novos horizontes.

O assessor teológico do Cimi, Paulo Sues, ministrou o tema “Os projetos de Bem viver como crítica radical ao Capitalismo”, que integrou o cronograma do Curso de Extensão em Histórias e Culturas Indígenas, também realizado no final de julho, em Luziânia, no Goiás. Ele aprofundou a reflexão sobre o Bem Viver como um paradigma que emergiu das Constituições da Bolívia e do Equador num intuito amplo de descolonização; o Bem Viver como um processo histórico e permanente de transformação do Estado do Bem Estar para um Estado do Bem Viver.

“Estamos num momento da história em que precisamos urgentemente construir um novo horizonte civilizatório a partir da sabedoria milenar dos povos, num processo de desconstrução da colonialidade, em que nos encontramos envolvidos. Não é tempo de titubear. Estamos convocados a dar a nossa contribuição no e a partir do espaço em que estamos inseridos. Insisto em que se trata de um processo no qual todos estejamos desde já convocados, a partir do espaço e da vida em que nos encontramos”, afirmou Paulo Sues durante o curso.

O fantasma do des-envolvimento

Não há fórmulas prontas ou receitas para definir o Bem Viver, mas alguns elementos essenciais que emergem nos diversos momentos de partilha e debate, são:

- Compreender-se como parte da natureza e conviver em comunidade – é preciso reatar a comunhão entre a humanidade e a natureza; é preciso fazer uma ruptura civilizatória. O Bem Viver recupera essa sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa, em mercadoria. O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres.
- Reinventar a vida nos seus caminhos plurais - o Bem Viver também se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilidade, parques, jardins e hortas humanas, cooperativas para produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas diversas formas de viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo. Nestes processos, é indispensável o diálogo com a diversidade e a pluralidade de caminhos e culturas, na reciprocidade e complementariedade, diversidade de olhares, lutas e experiências de resistência e descolonização.
- Superar o neocolonialismo, o neodesenvolvimen-



O Bem Viver se fundamenta em ideias surgidas de grupos marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados

tismo, o neoextrativismo e o próprio capitalismo e sua perspectiva de crescimento ilimitado e de produtivismo e consumismo, desenfreados e fúteis que, inevitavelmente, levarão a humanidade ao colapso civilizatório.

- Romper com a lógica antropocêntrica e buscar a sociobiocêntricas – neste sentido, o Bem Viver recolhe o melhor das práticas, sabedorias, experiências e dos conhecimentos dos povos indígenas.
- Repensar o Estado em termos de plurinacionalidade e interculturalidade - a própria democracia representativa, em crise, terá que ser repensada e aprofundada. O outro mudo será possível se for pensado organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos- políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos e dos povos, e dos Direitos da Natureza.

predatório e explorador. Afinal, com velhos conceitos e práticas não se constrói o novo.

Para libertar a natureza da condição de mero objeto de propriedade dos seres humanos é necessário um grande esforço político para reconhecê-la como sujeito de direitos - os direitos da *Pacha Mama*. É preciso aceitar que todos os seres têm o mesmo valor ontológico. Não importa apenas o destino, mas também o caminho, ou os caminhos, para se viver e garantir uma vida digna, a todos os seres, humanos e não humanos.

Nesse sentido, o Bem Viver exige necessárias transições como a redistribuição da renda e da riqueza, a autodependência comunitária, o reordenamento territorial no campo e na cidade, a valorização de outras tecnologias, uma outra relação com o tempo, as pessoas e a vida e, enfim, uma outra concepção de nação, Estado e sociedade. ♦

No centro, a comunidade

O Bem Viver não é uma utopia aonde chegar. Não é o ponto de chegada. Na construção do pensamento moderno, na construção da subjetividade moderna, na construção da modernidade, o sujeito é de um jeito e aspira a ser um alguém mais perfeito, melhor, maior, ao qual vai acrescentar tudo: o conhecimento, a riqueza etc. Acrescentar é muito importante na construção da subjetividade moderna, e devo construir o caminho que vai me levar ao sujeito desejado.

O desejado fica muito distante da minha vida. A ética cristã ajudou nisso: a perfeição fica em um outro que não eu, e do qual tento me aproximar para ser alguém mais perfeito. A esquerda também trabalhou muito o discurso dos heróis, como o perfeito a ser alcançado. Isso gera angústia e desencanto, porque nunca se consegue chegar ali. Você nunca vai se tornar Che ou Jesus, você sempre vai ser imperfeito, vai ficar no meio do caminho. O mesmo com as comunidades: a comunidade que você idealizou não vai se fazer presente no cotidiano das pessoas. (...) E há a disposição de sacrificar o presente em nome de um ideal perfeito que vai ser conquistado.

Não se pode substituir esse ideal, mudar o nome, por exemplo, de socialismo para Bem Viver. É preciso colocar em discussão toda a construção de modernidade; ter claros os sentidos da transformação, não o ponto de chegada. O Bem Viver não pode existir se não dialogar o tempo todo com outras propostas emancipatórias. Todas as pessoas e todos os projetos são totais, participam a totalidade da vida; são totais, mas incompletos. Somos incompletos e precisamos do encontro com outros e outras para nos complementar. Você precisa ser par para ser unidade. Há quebra da subjetividade do indivíduo, o coloca em outra situação relacional. No centro não está um sujeito, mas uma comunidade.

Mario Rodríguez, da Wayna Tambo, organização que integra a Red de la Diversidad



Um retorno que nos desafia

A decisão de três indígenas Awá de recente contato de retornarem para a floresta, em pleno século XXI, põe em xeque a suposta superioridade da civilização ocidental. O indigenista Saulo Feitosa considera que “os povos livres são a esperança de libertação e de recuperação dos fundamentos esquecidos do humano”

Renato Santana, Assessoria de Comunicação

Jakarewyj, Amakaria e Irahoa deixaram a floresta amazônica no dia 27 de dezembro de 2014. Integrantes do povo Awá-Guajá, os três indígenas viviam em situação de isolamento voluntário no oeste do Maranhão, quando foram avistados por outros Awá, que caçavam na cabeceira do igarapé Presídio. Jakarewyj e Amakaria estavam doentes quando foram levados à aldeia Tiracambu, na Terra Indígena Caru, também Awá-Guajá. Irahoa, filho de Jakarewyj, acompanhava as duas indígenas na decisão inevitável do contato.

Frágeis e à beira da morte, as Awá não conseguiam mais fugir de madeireiros e fazendeiros que há tempos fazem com que o grupo a qual pertencem tenha que se esconder constantemente para sobreviver. Atrasariam os demais no ciclo interminável de fugas, portanto precisavam de uma outra estratégia. Em janeiro do ano passado chegaram à Tiracambu e foram bem recebidas pelos Awá aldeados.

Atendidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), depois de piorarem de saúde pela demora do órgão em prestar o atendimento necessário, ambas permaneceram na capital São Luís até que, recuperadas, retornaram para a aldeia Tiracambu. Contaram histórias; Amakaria lembrou das anteriores tentativas do governo federal de retirar o povo do isolamento voluntário, dos assassinatos de Awá cometidos por madeireiros, das fugas, das doenças e da vida nômade em um território sitiado.

Em agosto deste ano, Jakarewyj, Amakaria e Irahoa surpreenderam os parentes Awá, servidores da Funai e indigenistas: sem se despedir ou avisar, retornaram à floresta e à vida livre e nômade permeada de perigos e desafios contra a própria existência do grupo. Antes de ir, afirmaram que a comida fora da floresta era ruim e o clima muito quente.

O que é possível aprender e refletir com tal decisão? Em pleno século XXI, Jakarewyj, Amakaria e Irahoa preferiram o próprio modo de vida ao da sociedade que os envolve - além de toda assistência por parte do Estado, que mesmo com todas as falhas garante aos indígenas tratamento diferenciado. Teriam terra demarcada, a possibilidade de abrir uma aldeia, de abandonar as correrias e a morte os espreitando.

No Brasil, a Funai tem elementos para afirmar que existem 104 povos em isolamento voluntário, livres. Desse total, cerca de 25 são monitorados diariamente pelo órgão indigenista - inclusive pelas Frentes de Proteção Etnoambiental, estruturas nas fronteiras das áreas de perambulação dos isolados. Antes dos Awá, desde junho de 2014, cerca de 30 Sapanahua fizeram contato na Terra Indígena Kampa/Isolados, no Acre, na fronteira com o Peru. Os Sapanahua fugiam de pistoleiros.

Numa tentativa de refletir sobre a decisão de Jakarewyj, Amakaria e Irahoa, tanto para a sociedade branca quanto para como esta sociedade olha para os indígenas, o jornal *Porantim* entrevistou o professor de Bioética da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Saulo Feitosa, integrante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) desde os anos 1980 e com atuação junto aos povos indígenas há pouco mais de 30 anos. Leia abaixo as reflexões dele sobre este peculiar acontecimento.

Porantim - Qual a leitura que você faz dessa decisão de ambas viver aldeadas como seus parentes Awá, perto de medicamentos e mais longe da violência de madeireiros?



Uma pneumonia e a falta de preparo do Estado para lidar com indígenas isolados quase levou Jakarewyj à morte, poucos meses após o contato

Saulo Feitosa - Fica muito difícil para alguém que vive em outra realidade totalmente diversa, como no nosso caso, conseguir imaginar todos os valores, critérios e variáveis considerados pelas irmãs Jakarewyj, Amakaria e Irahoa, o filho de Jakarewyj, para essa tomada de decisão. Há por trás dessa iniciativa corajosa uma filosofia que determina um modo próprio de existir, uma maneira de viver e morrer. Certamente para os seus parentes contactados décadas atrás essa atitude seja mais compreensível, uma vez que são conhecedores de sua concepção de vida e poderão comparar o antes e o depois do contato. Para nós, salta-nos aos olhos o grau de autonomia por elas manifesto, a invejável bravura e a convicção de que conseguem viver em seu “próprio mundo” sem depender dos pseudo benefícios da supostamente superior “Civilização Ocidental”. É por demais surpreendente que mesmo vivendo sob ataques constantes dos ensandecidos sanguinários madeireiros, que simbolicamente traduzem uma das características perversas do conjunto da sociedade capitalista consumista, insistem em resistir. Em que ancoram tamanha resistência? De onde vem toda essa força? Poderemos nos indagar. Mais impressionante ainda é que estamos nos referindo ao protagonismo de duas mulheres, exatamente o gênero subalternizado dentro da estrutura de poder da sociedade branca, ocidental, capitalista, heterossexual, masculina, monocultural e cristã. Como não temos muitas respostas, torna-se imprescindível que nos deixemos interpelar e aprofundemos nossas análises.

Porantim - O que a sociedade que as envolve pode aprender com essa decisão, dada uma conjuntura de grande investida contra as formas plurais de vida dos povos indígenas?

Saulo Feitosa - Pode perceber e, se quiser, apreender que existe vida para além dos projetos de morte do sistema capitalista branco. Se os povos indígenas, de maneira geral, se apresentam como um problema para o capitalismo, visto que esse não consegue capturá-los por inteiro, os povos livres são a esperança de libertação e de recuperação dos “fundamentos esquecidos do humano”, fazendo uso da expressão de Humberto Maturana. Por isso, não cabem dentro do Estado, razão pela qual estão condenados à invisibilidade. As suas diversidades refletem uma profunda identidade comunitária, coletiva e libertadora. Não é essa a diversidade desejada, valorizada e visibilizada pelo Estado. Para este, apenas interessam as identidades individualizadas, desprovidas de coletividade, as identidades daqueles indivíduos dos quais já foram usurpadas as suas coletividades, as suas experiências de vida em comunidade.

Porantim - Conforme relatos, ambas estavam nervosas com o fato de que poderiam morrer longe da floresta, de seus familiares que lá permaneceram. Que mensagem podemos extrair desse “morrer” indígena?

Saulo Feitosa - Temos que enxergar a morte dentro da trajetória histórica de cada ser humano enquanto pessoa, que compreende o nascer, o viver e o morrer. É durante essa trajetória que as concepções vão sendo construídas, consensuadas, validadas e assimiladas culturalmente. Mas para tanto haverá sempre o *topos* (o lugar)

em que a territorialização da vida acontece. Dessa forma, o ciclo nascer/viver/morrer estará sempre vinculado a um território específico. Naquele lugar específico a vida ganha importância, significado. Por essa razão, é um desejo nascer, viver e morrer dentro do território originário, e este território é prenhe de significados, de representações, de valores filosóficos que justificam uma trajetória histórica particular e coletiva. No livro sagrado dos cristãos, no antigo Testamento, há um texto muito interessante, o Salmo 137, que relata a condição do povo de Israel vivendo no cativeiro babilônico. Quando ali se encontravam os israelitas, seus opressores pediram que cantassem cânticos de sua terra, ao que responderam: “Como cantar em terra estranha?”. Seus cânticos e danças não fariam sentido algum naquele lugar. A vida não tinha sentido ali, assim como o nascimento não tinha sentido e a morte também não. Creio que essa passagem bíblica pode nos ajudar a entender um pouco o que acontece com os indígenas que são submetidos a situações parecidas, arrancados de seus territórios originários. Para além disso, há ainda toda uma questão maior sobre as representações da morte que não temos como comentá-las, pois não temos acesso a elas. Careceriam de estudos etnográficos.

Porantim - Como a volta delas para a situação de isolamento voluntário pode ajudar os povos indígenas em suas lutas?

Saulo Feitosa - Uma forma de contestação ao sistema, uma recusa ao modo de vida ocidental capitalista. O pouco que essas pessoas conheceram da dita “civilização branca” já lhes foi suficiente para recusá-la. Mas alguém poderia argumentar diferentemente, alegando que por terem conhecido muito pouco, não puderam adquirir maiores conhecimentos que lhes favorecesse melhor juízo, o que não acredito. Nesse caso, o que poderia de fato acontecer é que estariam mais expostas e por um maior espaço de tempo, às perigosas armadilhas de captura estabelecidas pelo Estado branco colonizador. Saindo mais depressa, protegeram-se mais. Ideologicamente falando, essa negação do “mundo branco” concomitantemente significa também a reafirmação de seus próprios projetos de vida, de suas formas próprias de existir e de se colocar no mundo. O simbolismo da decisão tomada nos questiona profundamente. ♦

Decisão histórica condena jornal de Chapecó por discriminação

Pela veiculação de materiais racistas e de incitação ao crime, periódico deverá pagar cursos de graduação e pós-graduação e ceder espaço de publicação para os Kaingang por cinco anos

Tiago Miotto, Assessoria de Comunicação

Após ser condenado por danos morais coletivos contra a comunidade Kaingang da Terra Indígena (TI) Toldo Chimbangue, em Chapecó (SC), pela veiculação de materiais racistas e de incitação ao crime, o jornal *O Diário do Iguçu* deverá pagar cursos de graduação e pós-graduação aos indígenas e deverá ceder, pelo período de cinco anos, espaço quinzenal para a comunidade indígena na publicação.

A importante e incomum decisão é, na verdade, fruto de um acordo firmado entre o jornal e os Kaingang, com o acompanhamento do Ministério Público Federal (MPF), após a condenação do veículo de imprensa, de um chargista e de um vereador pela Justiça Federal. O processo teve origem numa ação civil pública ingressada pelo MPF em 2002, em função de uma reportagem e de uma charge discriminatórias publicadas pelo diário contra os indígenas.

Julgado improcedente na primeira instância, o processo teve a decisão reformada pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, que condenou os réus ao pagamento de R\$ 100 mil para a comunidade indígena como compensação pelos danos morais. Transcorridos doze anos desde a sentença, nenhum dos recursos interpostos pelos réus no Superior Tribunal de Justiça (STJ) ao longo deste período foi admitido e o caso transitou em julgado.

Em abril de 2016, com a condenação definitiva, o MPF ajuizou uma ação para que os condenados pagassem a indenização – que, em valores atualizados, incluindo juros, honorários e multas legais, chegou a mais de R\$ 850 mil.

Como o jornal alegou falta de recursos financeiros para o pagamento do total da dívida, os indígenas fizeram uma proposta alternativa para quitar a obrigação, que acabou sendo aceita pela empresa.

“Eles disseram que se fossem pagar em dinheiro, teriam que fechar o jornal. Eu disse que nós não queremos dinheiro. ‘Queremos que vocês contribuam com a comunidade, quero informar as pessoas para que elas saibam os absurdos que vocês falaram’. Também precisamos de pessoas formadas em áreas como Direito e de formação melhor para nossos professores. Isso é mais importante que dinheiro”, relatou o cacique da TI Toldo Chimbangue, Idalino Fernandes.

Pelo acordo firmado, o jornal irá custear vagas para estudantes indígenas nos cursos de Agronomia, Direito, e Enfermagem da UnoChapecó, além de um curso de pós-graduação – uma especialização *lato sensu* em Educação Intercultural: Metodologias de Ensino na Educação Básica – para uma turma de 20 a 30 professores indígenas na mesma instituição de ensino.

O pagamento do jornal à UnoChapecó será realizado por meio de permuta, com a cessão de espaço no diário para as veiculações da universidade. Em todas as vagas, a preferência é para os Kaingang de Toldo Chimbangue.

Os cerca de R\$ 390 mil restantes da dívida serão pagos por meio da cessão de espaço no jornal, pelo período de cinco anos, para a veiculação de informativos, artigos, notas e quaisquer outras publicações de interesse dos indígenas, conforme a solicitação



Durante a luta pela demarcação de seu território tradicional, os Kaingang foram criminalizados e alvos de preconceito. Oito lideranças chegaram a ser presas em 2005, pouco antes da regularização da área

encaminhada pelo cacique Idalino. O MPF ressalta que não poderão ser veiculadas no jornal publicações que configurem crime ou ofensa a pessoas ou grupos, ou que incitem a prática de violência, de crimes ou de quaisquer outros atos ilícitos – exatamente os pontos pelos quais o jornal foi condenado.

“Sete palmos embaixo da terra”

Além do *Diário do Iguçu*, foram réus na ação do MPF o ex-vereador de Chapecó pelo PFL e candidato pelo PSB na última eleição, Amarildo Sperandio de Bairro, e o chargista Alex Carlos Tiburski dos Santos. Com a terra demarcada pela metade em 1985, os Kaingang reivindicavam, à época da publicação do jornal, a demarcação da totalidade de seu território – concluída somente em 2006 – e vivenciavam uma situação conflituosa com os não-indígenas que viviam em propriedades sobrepostas à área.

Em entrevista veiculada em janeiro de 2001, o então vereador Amarildo Sperandio afirmou: “é um absurdo os índios quererem ainda mais terra, se não produzem [...] muitos que estão hoje na reserva de Toldo Chimbangue não são indígenas autênticos. Todos nós sabemos disso, quando vemos índios louros, olhos claros”.

A charge de Alex Carlos, veiculada na mesma edição, mostrava um homem com um machado, pronto para agredir um indígena e exclamando: “Já que índio quer terra, vô dá sete palmos de terra pro índio”. Em fuga, o indígena retratado deixa cair um celular – elemento que atestaria a “falsa identidade” dos Kaingang da região.

Na avaliação do MPF, a negação da identidade dos indígenas de Toldo Chimbangue servia para, assim, deslegitimar a demanda do povo pela demarcação de suas terras. Além disso, a discriminação e a incitação à prática de homicídio “foram publicadas em jornal de grande circulação no Oeste de Santa Catarina, propalando as matérias tendenciosas a um grande número de leitores, fomentando o repúdio às comunidades indígenas”.

Em sua defesa, o jornal e o chargista alegaram estar exercendo seus direitos à livre expressão, à crítica artística e à liberdade de imprensa, e o vereador ainda invocou sua imunidade parlamentar. Em contrapartida, o MPF

afirmou que a liberdade de expressão não é um direito absoluto e nem assegura a impunidade da imprensa. “O direito do indivíduo de dizer o que pensa não o exime de ser responsabilizado pelas ofensas irrogadas a outrem de forma desarrazoada”, afirma o MPF na peça que resultou na condenação.

Durante a luta pela demarcação de seu território tradicional, os Kaingang foram criminalizados e alvos de preconceito. Oito lideranças, incluindo o cacique Idalino, chegaram a ser presas em 2005, pouco antes da regularização da área.

Acordo positivo em um cenário desfavorável

O acordo judicial oferece uma oportunidade de combater o preconceito contra os indígenas na região Sul do Brasil, marcada pela segregação e pelo racismo contra os povos originários, conforme apontou recente relatório do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Segundo o estudo, a imprensa local e os políticos que lucram votos com os conflitos são os principais responsáveis pela disseminação do preconceito contra os indígenas. Uma das motivações para o estudo foi o assassinato de Vitor Pinto, criança Kaingang de apenas dois anos natural da Aldeia Kondá, outra comunidade indígena de Chapecó, morto no colo de sua mãe quando ela vendia artesanato no litoral catarinense.

Para o Procurador da República de Chapecó (SC), Carlos Humberto Prola Júnior, o acordo é importante, especialmente pela autonomia que os indígenas terão na gestão do espaço no jornal. “A empresa não reconhece o equívoco, mas buscou uma forma de cumprir aquela obrigação, que é pesada para uma publicação pequena. Também foi bom para os indígenas, que saem satisfeitos com essa reparação”, afirma Prola.

Na avaliação do Procurador, houve um recrudescimento em relação às demandas dos povos indígenas no Poder Judiciário. “Infelizmente, houve um retrocesso nessa área. O Judiciário está pouco sensível a essa temática, em relação às demarcações e a todas as demandas indígenas. Essa decisão pode trazer isso à tona novamente”, complementa. ♦

O “progresso” que mata: Rikbaktsa na mira

A construção de uma série de hidrelétricas na bacia do Rio Tapajós coloca a sobrevivência cultural e física dos Rikbaktsa sob risco. No Rio Juruena os impactos nos peixes, na fauna e flora e nos indígenas são diretos, severos, imensuráveis e irreversíveis.

Luana Soutos, Colaboradora

Às margens do Rio Juruena, relatos de histórias centenárias. Um senhor de estatura baixa, cabelos grisalhos e voz macia, fala, num português com sotaque marcado, o que ele e sua família viveram ali. Doenças que dizimaram milhares de índios até então isolados, a intervenção da igreja, violentas disputas pelo território... a saga dos povos originários do Brasil diante dos olhos.

Num misto de orgulho e tristeza, as palavras de Rafael Tsakdk Rikbaktsa, de 64 anos, evidenciam diversos momentos de luta pela vida, por respeito e por dignidade. Ainda sob influência do chamado período de expansão, iniciado pelo governo Getúlio Vargas na década de 1940, ele conseguiu se salvar do processo de extermínio de populações inteiras que ocupavam o interior do território nacional. Em nome do “progresso”, projetos de ferrovias e rodovias e a distribuição de terras para a produção de monocultura e a exploração da madeira atropelaram tudo e todos que estavam no caminho. Foi nesse contexto que Tsakdk e outros “parentes” estabeleceram os primeiros contatos com o “homem branco” na região de Brasnorte, noroeste do estado de Mato Grosso.

Quando perdeu os pais, vítimas das doenças disseminadas por aqueles que avançavam sobre suas terras, Tsakdk era uma criança. Ele e os irmãos, também pequenos, esperaram durante dias, às margens do mesmo rio em que agora conta a sua história, que algum resgate viesse. O padre missionário João Evangelista, que já havia estabelecido contato com os habitantes da região, os levou para o Utiariti, colégio interno onde foram obrigados a “esquecer” o passado. Com a desativação do internato no final da década de 1960, ele voltou para o local de origem e fundou, junto com seu povo, Rikbaktsa, a Aldeia da Curva. Os irmãos ficaram pelo caminho. Um morreu após sofrer queimaduras em um incidente; a outra fugiu do internato. Essa, quase 50 anos depois, o indígena ainda tem a esperança de reencontrar.

Rikbaktsa significa “povo guerreiro”. Conhecidos também como “canoeiros”, pela intensa ligação com os rios que banham a região em que vivem, ou “orelhas de pau”, a bravura desse povo se destaca entre as demais características. As guerras, nem sempre armadas, garantiram aos Rikbaktsa a sobrevivência e manutenção da cultura, a conquista pela demarcação de três territórios (Erikpaktsa, Escondido e Japuira), e outras vitórias com relação às investidas para a construção de rodovias e hidrovias no território já demarcado. O espírito guerreiro do povo, afirmam, garantiu aos Rikbaktsa um merecido respeito.



Rituais ancestrais e o próprio modo de vida dos Rikbaktsa dependem dos rios que limitam ou cortam os territórios indígenas; das crianças aos anciãos, todos valorizam o rio tanto como a própria vida

Mas, agora, o respeito historicamente conquistado terá de ser reafirmado. Representantes do governo federal já estiveram na região para informar sobre a construção de mais duas hidrelétricas no Rio Juruena, com impactos que incluem o alagamento de boa parte do território, a disseminação de doenças, a contaminação do solo, modificações irreparáveis da fauna e flora local e o comprometimento da produtividade da terra, dentre outros. Tudo isso está escrito na Avaliação Ambiental Integrada elaborada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), entregue aos Rikbaktsa e aos vizinhos moradores do distrito de Fontanillas, que também será atingido.

Por esse motivo, no final de agosto intensos debates ocorreram na Aldeia da Curva, na Terra Indígena Erikpaktsa, que abriga quase vinte aldeias em Brasnorte. O encontro reuniu o povo Rikbaktsa dos três territórios demarcados, moradores de Fontanillas, representantes dos povos Manoki e Myky, estudiosos e militantes da causa indígena.

“O governo chega aqui, quer falar bonito, não é isso ou aquilo, mas a realidade é o rio seco”, reclama o cacique da Aldeia da Curva, Jaime Zeihamy, sinalizando que as intervenções no Juruena já causam alterações no rio, e que outras só vão agravar a situação. Nunca, de acordo com os indígenas, o rio recuou tanto da margem como neste ano.

Em março, movidos por incertezas e pelas especulações da última década, a população que poderá ser atingida, caso outras obras sejam de fato implementadas, elaborou uma carta exigindo informações sobre o processo. “Queremos conhecer os rostos daqueles que querem tirar de nós as nossas vidas, o nosso lugar, pois sabemos que nada pagará o nosso prejuízo, a perda de nossa história, a dispersão dos nossos costumes e a riqueza natural do nosso lugar, do nosso chão”, dizia o documento. Na ocasião, a necessidade era saber se realmente havia algum projeto nesse sentido. Cinco meses depois, munidos de informações oficiais e discussões mais aprofundadas, a postura é incisiva: o povo Rikbaktsa e os moradores de Fontanillas não querem a construção de mais hidrelétricas no Rio Juruena.

“Branco não está preocupado. Se a usina for construída, nós vamos perder tudo”, disse uma das moradoras mais antigas da aldeia, Gertrudes Ateata. Ela utilizou a tragédia de Mariana, em Minas Gerais, como exemplo do que a ambição pode causar.

Compreendendo o inconcebível

As 529 páginas de linguagem técnica confundem, mas não enganam. O engenheiro eletricista e professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Dorival Gonçalves, foi convidado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) para dar apoio técnico aos Rikbaktsa (leia

entrevista com ele nas páginas 9, 10 e 11). Sua primeira constatação foi de que tanto os indígenas quanto os moradores de Fontanillas estão muito bem informados sobre o que pode acontecer com a construção das hidrelétricas. “São 102 hidrelétricas propostas para a bacia do Tapajós, do qual o Juruena faz parte. Seis delas seriam diretamente no Juruena. Se construídas, afogariam o rio em mais de 600 km, provocando um novo comportamento em todo o seu curso, e transformando-o em um monte de caixas d’água”, explicou o engenheiro.

Para além dos impactos negativos provocados pela estrutura e pelos alagamentos de uma obra, há uma questão ainda mais comprometedoras: os projetos visam a construção de sequências de hidrelétricas ao longo do rio, a exemplo dos rios Aripuanã, Uruguai, Jamaxim, Tocantins e Araguaia.

Mesmo que os interessados aleguem que alguns tipos de hidrelétricas trazem prejuízos reduzidos, como é o caso dos reservatórios a fio d’água, a sequência de usinas modifica toda a extensão das bacias. A mudança de velocidade das águas, por exemplo, provoca uma cadeia de reações a partir da dinâmica que cada tipo de peixe exige para reprodução da espécie.

“Esse deve ser um tema recorrente de debate nas escolas, na comunidade. Pode gerar um programa para estudar esse problema direto”, sugeriu Gonçalves.

Já existem duas hidrelétricas no Rio Juruena, e a proposta é de que outras quatro sejam construídas (leia na entrevista sobre as outras hidrelétricas que impactarão os Rikbaktsa). Todos os 27 municípios e os vinte povos indígenas que vivem na extensão do rio poderão sofrer as irreversíveis consequências desses projetos ao longo do tempo.

Confiança nos jovens guerreiros

As crianças Rikbaktsa brincam e pescam no rio do amanhecer ao entardecer. Os peixes, a terra que oferece centenas de frutos e ervas que alimentam e curam, a água saudável para consumo e banho, além das histórias guardadas às margens do Rio Juruena são a vida daquele povo.

Para os anciãos da aldeia da Curva, é chegado o momento dos jovens demonstrarem que trazem consigo o potencial guerreiro de seu povo, enfrentando com bravura essa nova batalha. A missão de proteger o território sagrado, que garante o sustento e a manutenção da cultura, e que foi conquistado a duras penas pelos ancestrais, tem agora uma nova etapa. As palavras de Paulo Skiripi ilustram bem o sentimento: “branco quer acabar com tudo por ganância. Mas nós defendemos essa terra com artesanato, pintura, arco, flecha e facão. Agora é a vez dos jovens”, garante. ♦

Um diagnóstico real da hidreletricidade

A venda de energia hidrelétrica é tão lucrativa no Brasil que “mesmo em um período de recessão econômica, quando a demanda por eletricidade se encontra em retração, como ocorre na atualidade brasileira, a disputa pelos potenciais e empreendimentos hidrelétricos não cessa”, afirma o engenheiro eletricista Dorival Gonçalves Júnior.

Patricia Bonilha, Assessoria de Comunicação

Dorival Gonçalves Junior é engenheiro eletricista pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Mestre e Doutor em Energia pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do departamento de Engenharia Elétrica da UFMT. Pesquisador da hidreletricidade, ele é uma referência para integrantes dos movimentos sociais, como ribeirinhos, camponeses e assentados, e os povos indígenas que lutam contra os diversos e severos impactos que os empreendimentos, tanto os mega como os pequenos, causam em suas vidas. Impactos estes que colocam em risco suas sobrevivências culturais, espirituais e até mesmo físicas. Nesta entrevista ao *Porantim*, Dorival dá uma verdadeira aula sobre a cadeia da produção hidrelétrica, seus interesses, desmitifica pseudo benefícios das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e das usinas a fio d'água e apresenta um minucioso detalhamento dos empreendimentos na bacia do Rio Tapajós e dos povos indígenas ameaçados por eles. Uma realidade futura, mas já presente, sem dúvida, bastante preocupante.

Porantim - Quantas hidrelétricas há em operação hoje no Brasil? E quantas estão previstas para os próximos dez anos?

Existem 1.225 instalações, totalizando mais de 95.000 MW de potência instalada em usinas hidrelétricas no país. Convém destacar que estes mais de 95.000 MW

estão distribuídos em: 219 instalações denominadas UHEs (Usinas Hidrelétricas), as que têm potência instalada superior a 30 MW, com cerca de 90.400 MW; 441 instalações chamadas PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas), que têm potência instalada acima de 1 MW e menor ou igual a 30 MW, que têm por volta de 4.800 MW; e 565 instalações designadas CGHs (Centrais Geradoras Hidrelétricas), com potência instalada menor ou igual a 1 MW, totalizando 450 MW de potência instalada. Como se observa as grandes usinas hidrelétricas, ou seja, 219 empreendimentos concentram 94,4% da potência instalada nacional. A previsão para os próximos 10 anos supera 28.000 MW em projetos hidrelétricos, isto é, um aumento de cerca de 30% na potência instalada atual.

Porantim - Em que regiões elas se concentram?

Em relação à localização dos futuros projetos hidrelétricos, um número significativo está situado na Amazônia. A decisão do Ibama de arquivar o licenciamento ambiental da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, certamente, não indica que os projetos para a bacia do Tapajós não serão viabilizados. Basta lembrar que os principais empreendimentos do Rio Teles Pires já estão construídos - UHEs Teles Pires e Colider; ou em fase adiantada de construção - UHEs São Manoel e Sinop; além disso, o Rio Juruena tem mais de uma centena de potenciais já devidamente identificados. Nestes dois rios a indústria de eletricidade programa construir um conjunto de empreendimentos com reservatórios com

capacidade de acumular e regularizar a produção das hidrelétricas, e, especialmente, regularizar a geração dos futuros projetos hidrelétricos a serem construídos no Rio Tapajós, as UHEs Chacorão, Jatobá e São Luiz do Tapajós.

Outro dado que corrobora este cenário de expansão futura das hidrelétricas pode ser verificado nas alterações legislativas que estão sendo providenciadas, visando “simplificar” o processo de licenciamento ambiental e a viabilização técnica e econômica institucional. A MP [Medida Provisória] 735 convertida no PLV [Projeto de Lei de Conversão] 29-2016, entre muitas modificações, traz uma série de encaminhamentos normativos que procura incentivar o desenvolvimento da indústria hidrelétrica. Esta norma torna atrativos economicamente muitos potenciais existentes nas bacias brasileiras, sobretudo, os pequenos potenciais remanescentes nas regiões Sul e Sudeste.

Para ter uma dimensão do que estou dizendo sugiro recorrer ao Sigel [Sistema de Informações Geográficas do setor Elétrico]: <http://sigel.aneel.gov.br/siph/sigel.html>. Nele, é possível verificar onde as hidrelétricas estão representadas no território nacional, possibilitando uma real dimensão da indústria hidrelétrica em operação, em construção, etc, no Brasil.

Porantim - O senhor pode explicar como funciona o sistema de eletricidade no Brasil?

A indústria de eletricidade brasileira está organizada em quatro ramos de negócio: empresas de geração; empresas de transmissão; empresas de distribuição; e empresas de comercialização de eletricidade. Os consumidores estão divididos em dois tipos de consumidores. Os que compram diretamente das empresas geradoras e os que compram das empresas distribuidoras

Os que compram diretamente das empresas geradoras ou de empresas comercializadoras, chamados consumidores livres, são aqueles que têm uma potência instalada acima de 3 MW. Em geral, são grandes consumidores que compram ao preço de geração e, dependendo de onde estão localizados no território para receber a eletricidade, são adicionadas as tarifas pagas às empresas de transmissão e as tarifas pagas às distribuidoras arbitradas pela Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica]. Estes grandes consumidores podem tirar partido do atributo do sistema de geração hidrelétrica brasileiro, que nos períodos das águas, é comum ter geradores vendendo eletricidade a preços reduzidos.

Os que compram das distribuidoras, denominados consumidores cativos, têm o valor da eletricidade regulado pela Aneel e pagam uma determinada tarifa pela quantidade de eletricidade comprada. A metodologia empregada pela Agência para definir a tarifa é a denominada “preço teto”. Grosso modo, esta metodologia assegura a todos os agentes da cadeia de produção (empresas de geração, de transmissão e de distribuição) o preço médio do serviço prestado referenciado

“Uma questão não debatida no país que produz muitos impactos socioambientais diz respeito ao fato de que as bacias hidrográficas brasileiras, tanto na prática como pela regulação em lei, são destinadas, especialmente, à produção de eletricidade.”



em preços internacionais. Mais de 70% da eletricidade comercializada no Brasil é vendida pelas distribuidoras, portanto, a preços internacionais.

Aqui, está parte da razão que fez da indústria de eletricidade brasileira uma cadeia produtiva muito disputada. O preço internacional da eletricidade está referenciado na matriz mundial, isto é, o predomínio da produção de eletricidade no mundo a partir de tecnologias termoelétricas (nucleares, carvão, gás natural, etc). Como o combustível das hidrelétricas é a água, o seu custo de operação e a manutenção é muito reduzido quando comparado ao das termoelétricas. Por isso, vender eletricidade a partir de hidrelétrica ao preço de termoelétrica, isto é, ao preço internacional, implica a produção de elevadas somas de lucros extraordinários, as quais são disputadas entre os vários agentes econômicos que participam direta ou indiretamente da cadeia de produção de eletricidade no Brasil.

Porantim - Há, de fato, demanda para o incessante aumento da produção elétrica hoje no Brasil?

Mesmo em um período de recessão econômica, quando a demanda por eletricidade se encontra em retração, como na atualidade brasileira, a disputa pelos potenciais e empreendimentos hidrelétricos não cessa. Este é o momento em que os agentes econômicos desta cadeia produtiva procuram agir nos ambientes institucionais, especialmente, do Estado. E, neste momento a situação para a viabilização dos interesses da indústria de eletricidade tem se mostrado muito favorável, pois o governo golpista posicionou à frente do Ministério de Minas e Energia e de outras instituições organizadoras da indústria, os prepostos diretos deste setor empresarial. Estes, além de agilizar medidas institucionais para a apropriação do patrimônio estatal detido pela Eletrobras, também estão viabilizando encaminhamentos, cujas manifestações públicas - tais como: "... temos que retomar o realismo tarifário"; "... estamos avaliando a possibilidade de oferecer contratos de geração de energia elétrica no país com receita atrelada à variação do dólar"; "... precisamos integrar as ações dos órgãos de planejamento e ambiental do Estado visando a retomada da construção de usinas hidrelétricas com reservatórios"; "... é necessário fortalecer a independência da Aneel para que ela atue exclusivamente sob a égide do mercado" -, entre outros pronunciamentos, não deixam dúvidas sobre o alinhamento ideológico destes dirigentes. Além disso, revelam as intenções de institucionalizar e ampliar as taxas de exploração impostas pela cadeia produtiva de eletricidade às populações nativas e à classe trabalhadora brasileira.

Porantim - Quais são os principais impactos socioambientais da política hidroenergética brasileira?

Uma questão não debatida no país que produz muitos impactos socioambientais diz respeito ao fato de que as bacias hidrográficas brasileiras, tanto na prática como pela regulação em lei, são destinadas, especialmente, à produção de eletricidade. A lei 9.074 de 1995, que estabelece as regras para as concessões de hidrelétricas, define no artigo 5º, parágrafos 3º e 4º, que nenhuma hidrelétrica pode ser licitada sem a definição do "aproveitamento ótimo". Sendo que a situação denominada "aproveitamento ótimo", refere-se ao conjunto de potenciais hidrelétricos, cujos arranjos combinam altura de queda e regularização do regime hidrológico capaz de maximizar a produção de eletricidade no interior de uma dada bacia hidrográfica. Este é o modo como são construídos os empreendimentos, independente da escala de potência. Os potenciais hidrelétricos são identificados em cada rio selecionando a partição de quedas e reservatórios com a finalidade

de regularizar a vazão na cascata de modo a permitir - após a construção - a coordenação da operação das hidrelétricas nos rios e na totalidade da bacia hidrográfica. Para compreender este cenário é importante acessar ao diagrama do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com as principais hidrelétricas nas bacias brasileiras: http://www.ons.org.br/conheca_sistema/pop_diagrama_esquemat_usinas.aspx. Na bacia do Rio Paraná, por exemplo, desde os seus formadores nos rios Paranaíba e Grande e depois os seus afluentes Tietê e Paranapanema, constata-se a maneira como estão dispostas as hidrelétricas - combinando usinas a fio

“Na bacia do Rio Juruena os cenários, tanto presente como futuro, são trágicos.

O elevado número de projetos hidrelétricos já determina muitos impactos diretos aos povos indígenas, camponeses e pescadores que habitam esta bacia”

d'água com reservatórios de acumulação - ao longo de toda a bacia, de modo que, possibilita afirmar que as bacias hidrográficas são vistas pela indústria de eletricidade exclusivamente pelos seus aspectos físicos, isto é, como a melhor combinação de queda e vazão regularizada para maximizar a produção de eletricidade.

Esta compreensão de "aproveitamento ótimo" das bacias com a partição de quedas determinadas pelos barramentos sucessivos produz muitos impactos físicos, mas dentre estes, três se destacam. O primeiro diz respeito aos reservatórios que, independente dos arranjos das usinas serem a fio d'água ou com reservatório de acumulação, determinam extensas áreas de inundação. O segundo impacto transforma os rios em um conjunto contínuo de sucessivos reservatórios que põe fim à declividade natural dos rios. E o terceiro, refere-se às usinas com reservatório de acumulação que, ao armazenarem as águas de cheias para uso nos períodos de seca, determinam um novo regime hidrológico na totalidade da bacia. A combinação destes impactos físicos resulta em: extensas áreas de inundação; redução da velocidade das águas dos rios; e na mudança do regime hidrológico do rio, impondo profundas transformações no meio biótico e no meio socioeconômico e, ainda, a interação cumulativa e sinérgica destas transformações determinam intensos impactos físicos, bióticos, sociais, culturais e ambientais na bacia como um todo.

Porantim - As PCHs e as hidrelétricas a fio d'água causam menos impactos, como o governo e as empresas afirmam?

A partir da compreensão do conceito de "aproveitamento ótimo" da construção das hidrelétricas nas bacias é oportuno por fim ao mito da pequena geração hidrelétrica (PCH) e ao falso debate relacionado às usinas a fio d'água (usinas que não alteram o regime hidrológico do rio) como empreendimentos hidrelétricos de reduzidos impactos socioambientais. Pois, como verificado na prática dos empreendimentos em operação/construção e na legislação brasileira, as hidrelétricas são construídas utilizando todos os potenciais da bacia hidrográfica, em escalas de potência (pequenas ou grandes centrais hidrelétricas) e em arranjos construtivos (a fio d'água ou com reservatório de acumulação), com a finalidade de atingir a maior produção de eletricidade na bacia, em acordo com a lei se obtém o "aproveitamento ótimo" da bacia.

Porantim - O senhor pode dar alguns exemplos de recentes hidrelétricas mal sucedidas?

No Brasil, não faltam situações que demonstram as graves consequências causadas pelo império da concepção do "aproveitamento ótimo" da bacia para a produção de eletricidade. A construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia é um caso exemplar. Estes

dois empreendimentos estão situados na extensão do Rio Madeira, compreendida, entre a área urbana da cidade de Porto Velho até a fronteira com a Bolívia, totalizando mais de 250 Km de reservatórios sucessivos. A hidrelétrica Santo Antônio, cuja potência instalada é de 3.558 MW, está localizada praticamente na área urbana da cidade de Porto Velho com a sua barragem, vertedouros e casa de máquinas distante cerca de 7 Km do centro da cidade. O seu reservatório se estende por cerca de 130 Km a montante até a hidrelétrica Jirau e inunda neste trecho uma área de cerca de 28.000 hectares. A hidrelétrica de Jirau, com potência instalada de 3.750 MW, tem um reservatório com cerca de 26.000 hectares que se estende a montante até a fronteira com a Bolívia. Os dois reservatórios sucessivos são a fio d'água e se estendem por parte da área rural de Porto Velho, passando pelos distritos de Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã.

A estimativa é de que a população moradora nesta região no início das obras, em 2008, era por volta de 40.000 habitantes, e que cerca de 50% desta população dependia diretamente da pesca, de atividades extrativistas e do cultivo nas várzeas. Após a construção das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, esta população formada por pescadores, coletores de castanha, madeiros, garimpeiros e agricultores teve suas atividades e seu modo de vida completamente desestruturados, com a maioria sendo expulsa. A minoria que ainda resiste e permanece na região luta com os empreendedores e as instituições do Estado brasileiro para resgatar pelo menos parte das condições de existência que tinham antes da construção dos empreendimentos.

Outro grave impacto produzido por estes empreendimentos aconteceu, entre fevereiro e abril de 2014, com a cheia sem precedentes no Rio Madeira, desalojando milhares de pessoas na área urbana de Porto Velho e nos distritos de Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã. Esta cheia nunca foi reconhecida pelos empreendedores como um impacto decorrente das hidrelétricas, mas o processo erosivo permanente nas margens da capital de Rondônia não deixa dúvidas sobre os impactos proporcionados pelo aumento substantivo da velocidade das águas do Madeira pela hidrelétrica de Santo Antônio, cujos vertedouros e casas de máquinas estão voltados para a cidade de Porto Velho.

Durante a implantação de grandes empreendimentos é comum ocorrer uma pressão também sobre os serviços de saúde, educação, moradia, lazer, etc, existentes, pois os empreendedores e o Estado não executam os

“Durante a implantação de grandes empreendimentos é comum ocorrer uma pressão também sobre os serviços de saúde, educação, moradia, lazer, etc, existentes, pois os empreendedores e o Estado não executam os programas de compensação”

programas de compensação, previstos no Eia-Rima [Estudo e Relatório de Impacto Ambiental, respectivamente], para expansão da oferta desses serviços em acordo com o aumento populacional decorrente da intensa mobilização de trabalhadores para estes locais. Esta situação também esteve presente durante a construção das hidrelétricas do Madeira, fato que determinou graves conflitos e consequências sociais e econômicas, tanto para a população da região quanto para a população atraída pelas atividades econômicas resultantes dos empreendimentos. Vale observar que a baixa qualidade desses serviços continua, especialmente, os

serviços públicos, pois após a conclusão das obras, parte da significativa população não apresenta as condições econômicas que tinham anteriormente, provocando maior demanda sobre os serviços públicos. No caso de Porto Velho o crescimento da população não foi compensado pelos investimentos públicos. Desse modo, os problemas sociais aumentaram e a qualidade dos serviços públicos degradaram.

Porantim - Em relação, à bacia do Tapajós, quais as terras indígenas serão impactadas e de que modo?



A totalidade das terras indígenas contidas na bacia do Tapajós será diretamente impactada com a maioria das áreas contendo as estruturas componentes das hidrelétricas instaladas dentro das terras indígenas.

No caso do Rio Teles Pires, são cinco grandes empreendimentos. Destes, dois já estão em operação, as UHEs Colider e Teles Pires; dois em construção, as UHEs Sinop e São Manoel; e a UHE Magessi, que é uma hidrelétrica planejada. Portanto, estas cinco hidrelétricas, além de determinarem uma série de obstáculos, com suas barragens localizadas na extensão do rio, definirão um novo regime hidrológico no Teles Pires. Estes impactos ocasionarão graves consequências, principalmente, para as terras indígenas localizadas entre a UHE São Manoel até a foz do Rio Teles Pires no Rio Tapajós. Por volta de 10 Km a jusante de São Manoel, começa a reserva indígena Kayabi, do povo Kayabi, com área de 1.053.257,6 hectares, situada parte na margem direita, no Pará, e parte na margem esquerda, em Mato Grosso. Depois da área Kayabi, na margem direita do Teles Pires, no Pará, começa a área do povo Munduruku, com 2.381.995 hectares, que se estende até o Rio Tapajós. E, na margem esquerda, após as terras do povo Kayabi, até a foz com o Tapajós, os impactos são sobre a área indígena do povo Apiaká, isolados. Ainda, na cabeceira do Rio Teles Pires, na margem direita, encontra-se a terra do povo Bakairi, com 61.405 hectares. Os Bakairi estão aproximadamente a apenas 70 Km da planejada UHE Magessi.

Na bacia do Teles Pires, além dos povos indígenas, serão impactados diretamente projetos de assentamentos com famílias camponesas, caso da UHE Magessi, que será construída dentro da área do projeto de assentamento Santa Rosa II e do projeto de assentamento Piratininga. A UHE Sinop, em construção, inundará dois grandes assentamentos, o Gleba Mercedes e o 12 de Outubro. Além disso, inúmeras colônias de pescadores serão diretamente impactadas pelos empreendimentos hidrelétricos da bacia do Rio Teles Pires.

Porantim - E em relação aos rios Juruena e Juína?

Na bacia do Rio Juruena os cenários, tanto presente como futuro, são trágicos. O elevado número de projetos hidrelétricos já determina muitos impactos diretos aos povos indígenas, camponeses e pescadores que habitam esta bacia e, inevitavelmente, as condições serão ainda

muitos mais graves, caso os projetos planejados sejam construídos. Já existem 17 PCHs em operação - localizadas na região do Alto Juruena -, mais de 80 PCHs inventariadas e 24 UHEs planejadas. Todas estas hidrelétricas foram planejadas segundo a concepção de "aproveitamento ótimo", situadas nas extensões de todos os rios que formam a bacia do Rio Juruena.

Na extensão do Rio Juína, que delimita a área indígena Nambikwara até a foz com o Rio Juruena, estão planejadas a construção de três PCHs e uma hidrelétrica denominada UHE Jacaré, com impactos diretos sobre o povo Nambikwara. No trecho do Rio Juruena que atravessa as áreas indígenas Nambikwara, na margem esquerda, e Enawenê-Nawê, na margem direita, está planejada a UHE JRN-720, com o barramento localizado logo abaixo da foz do Rio 12 de Outubro no Rio Juruena, impactando diretamente as terras dos Enawenê-Nawê.

Vale ressaltar que estas áreas já estão bastante impactadas, pois a montante do trecho que o Juruena intercepta as terras dos Nambikwara e dos Enawenê-Nawê existem onze PCHs em operação. No caso dos Enawenê-Nawê, a situação é muito grave pois este povo não consegue sequer obter os peixes do Juruena para a realização de seus rituais tradicionais. Recentemente, a Funai [Fundação Nacional do Índio] teve que providenciar a compra de peixes produzidos comercialmente, que foram transportados em caminhões frigoríficos, para a celebração de um de seus ritos ancestrais.

Na extensão dos rios Sacre, Buriti e Papagaio - este último, afluente do Rio Juruena -, estão as terras indígenas Paresi, Utiriti e Tirecatinga, do povo Paresi. No Rio Sacre já existe uma PCH em operação, denominada Sacre 2, que foi construída dentro da reserva Tirecatinga, junto ao Salto Belo. Para o Rio Sacre estão planejadas ainda a UHE Foz do Sacre e a UHE Sacre 1 e mais 3 PCHs, respectivamente, Sacre 3, 4 e 5. No Rio Papagaio, junto a uma das quedas mais belas do país, dentro das terras do povo Paresi, está planejada a UHE Salto Utiriti. Na extensão do Rio Buriti, que limita a reserva Tirecatinga até a sua foz no Rio Papagaio, estão planejadas 8 PCHs e uma hidrelétrica no encontro do Rio Buriti com o Papagaio, denominada

UHE Foz do Buriti. Todos estes empreendimentos planejados estão localizados dentro das áreas do povo Paresi, impactando-os, diretamente.

A Terra Indígena Manoki, com área de 250.539 hectares, é interceptada pelo Rio Cravari e o Rio do Sangue - afluente do Rio Juruena - e tem três empreendimentos planejados para serem construídos dentro desta área, que é do povo Irantxe. Sendo duas UHEs no Rio do Sangue, UHE Roncador e UHE Parecis, e uma PCH no Rio Cravari. Esta área indígena já sofre as consequências de alguns empreendimentos em operação construídos nas imediações da reserva, especialmente a PCH Bocaiúva, no Rio Cravari, e as PCHs Baruíto, Inxu e Garganta da Jaraca, localizadas no Rio do Sangue a montante da Terra Indígena Manoki.

A Terra Indígena Apiaká/Kayabi, com 109.245 hectares, será diretamente atingida por dois empreendimentos hidrelétricos. Esta terra indígena é dividida ao meio pelo Rio dos Peixes, que é afluente do Rio Arinos. Neste rio, na Terra Indígena Japuira, do povo Rikbaktsa, está planejada a UHE ARN-026, cujo reservatório avança no Rio dos Peixes até a UHE Juara, planejada para ser construída nas terras do povo Apiaká, que vive na margem direita, e do povo Kayabi, que mora na margem esquerda. Portanto, estas duas UHEs atingirão diretamente estes dois povos.

Porantim - Como o senhor avalia os impactos nas terras dos povos Rikbaktsa e Munduruku?

O povo Rikbaktsa, certamente, será o povo que sofrerá os mais intensos e nocivos impactos, considerando o que está planejado pela indústria de eletricidade para a bacia do Tapajós. Duas de suas três áreas estão localizadas na margem direita do Rio Juruena e de modo contíguo denominadas: Erikpatsa (79.935 hectares) e Japuira (152.509 hectares). A área Erikpatsa tem seus limites definidos pelo Rio Juruena e pelo Rio do Sangue que, quando se aproxima da sua foz no Rio Juruena, faz limites com a área da Japuira. No Rio do Sangue, na área Erikpatsa, estão planejadas a construção de três hidrelétricas, UHE Kabiara, UHE SAN-020 e UHE Cinta Larga, sendo que esta última atinge diretamente, também, a área Japuira.

Do outro lado da área Erikpatsa, no Rio Juruena, mais duas hidrelétricas estão planejadas, a UHE Erikpatsa e a UHE JRN-577. Na Terra Indígena Japuira, que tem seus

limites definidos pelos rios Juruena, Arinos e do Sangue, existem mais duas grandes hidrelétricas, a UHE ARN-026, no Rio Arinos e a UHE Tucumã, no Rio Juruena. Deste modo, nestas duas áreas do povo Rikbaktsa estão planejadas a construção de sete grandes hidrelétricas. A terceira área do povo Rikbaktsa, chamada Escondido (168.938 hectares), está situada na margem esquerda do Rio Juruena, aproximadamente a 120 Km da Terra Indígena Japuira, descendo o Rio Juruena. Na extremidade norte da TI Escondido está planejada uma UHE, a

Escondido. Esta hidrelétrica é de grande porte e inundará uma extensa área, a ponto do remanso do reservatório atingir a TI Japuira. Os impactos na ictiofauna, na fauna, na flora e diretamente nas aldeias, se construídos os empreendimentos planejados, são imensuráveis.

Outro povo, que também sofrerá danosos impactos em toda a extensão de suas terras, é o povo Munduruku, cuja terras indígenas, além de serem impactadas pelas hidrelétricas do Teles Pires, sofrerão os impactos das grandes hidrelétricas localizadas no Rio Tapajós, denominadas UHE São Luiz do Tapajós, UHE Jatobá e UHE Chacorão.

Todos estes empreendimentos planejados, se construídos, vão produzir uma sequência de barramentos com reservatórios sucessivos, nos rios Tapajós, Juruena e Teles Pires, alterando profundamente a natureza de toda a bacia e intensificando o cenário de incerteza proporcionado pela indústria de eletricidade brasileira, em relação à reprodução dos povos indígenas, dos ribeirinhos e dos camponeses que habitam a bacia do Tapajós. ♦

“O povo Rikbaktsa, certamente, será o povo que sofrerá os mais intensos e nocivos impactos, considerando o que está planejado pela indústria de eletricidade para a bacia do Tapajós”

PEC 215: mobiliza o país, mais uma vez

Assessoria de Comunicação

As informações davam conta de que a bancada ruralista confabulava, com o início do mandato de Rodrigo Maia (DEM-RJ) na presidência da Câmara Federal, pela votação entre os parlamentares da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215. Ela poderia ocorrer no início de agosto e até mesmo no Dia Internacional dos Povos Indígenas (9).

A resposta aos ruralistas, no entanto, foi imediata. Mobilizações país a fora no dia 10 demonstraram o poder que a PEC 215 possui de unir os povos indígenas em um objetivo comum: a defesa do território tradicional e do seu modo de viver ancestral, o seu Bem Viver.

No mesmo espírito, cerca de 200 lideranças de povos indígenas, quilombolas e pescadores e pescadoras artesanais, após reunião com Rodrigo Maia, haviam ocupado o auditório Nereu Ramos, no anexo II da Câmara, na noite do dia 9, ao término da audiência em homenagem ao Dia Internacional dos Povos Indígenas.

Para que desocupassem o auditório, o presidente Rodrigo Maia prometeu que não colocaria a PEC 215 em votação, ao menos até fevereiro de 2017, e que não iria prorrogar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as demarcações de terras indígenas e quilombolas feitas pela Funai e pelo Incra.

Mesmo com a promessa de Maia, os povos realizaram atos e protestos nas cinco regiões do país no dia seguinte. “Na prática nós já enfrentamos a paralisação das demarcações há alguns anos. Sem a PEC 215 já está ruim, imagine com ela. A Funai está sucateada, e a CPI da Funai/Incra ainda tenta desfazer o pouco que o órgão fez”, Oziel Jacinto Kaingang, da Aldeia Nova, município de Iraí, Rio Grande do Sul.

Das terras indígenas Aldeia Nova, Iraí, Rio dos Índios e Rio da Várzea vieram os cerca de 600 Kaingang que bloquearam durante o dia, o trecho da BR-386, entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. “Também exigimos a demarcação de nossos territórios. Rio dos Índios, em Vicente Dutra, está com portaria declaratória desde 2005, mas os governos se omitem e não finalizam o reconhecimento da nossa ocupação ancestral há onze anos. Por isso estamos agora em processo de autodemarcação”, explica Oziel Kaingang.

Se todas as terras indígenas do Rio Grande do Sul fossem demarcadas, aponta o coordenador do Cimi Regional Sul, Roberto Liebgott, ocupariam apenas cerca de 0,5% do território total do estado.

No Nordeste, mais de 500 indígenas das aldeias Tupinambá de Olivença se manifestaram em diversos pontos do município de Ilhéus, no sul da Bahia. Eles incluíram entre suas demandas a extinção do Projeto de Lei 4059, que abre ainda mais as portas para o capital estrangeiro na aquisição de terras. “Não só nas terras indígenas, mas em todas as terras, é a porta aberta para mais invasões. Estamos alertando para algo grave não só para os povos indígenas, mas para toda a sociedade brasileira”, destacou Jamapoty.

“Fora Temer!” em várias línguas

Em Roraima os povos indígenas se mobilizaram na capital Boa Vista. O protesto foi contra a PEC 215, a CPI da Funai/Incra e pelas demarcações das terras indígenas, além de reivindicarem proteção pelo Estado nacional. Também houve povos indígenas que pediram o “Fora Temer!”, por exemplo na língua Macuxi. Apesar do Norte ser a região do país com mais terras indígenas demarcadas, os povos são constantemente acossados por madeireiros, grileiros, caçadores, grandes empreendimentos estatais e expansão das fronteiras agropecuárias.

A única postura truculenta contra os protestos ocorreu no Amazonas. O povo Mura bloqueou um trecho da AM-254 que liga o município de Autazes a Manaus e, sem esperar o término das negociações, a Polícia Militar desocupou a via à força.



No sul da Bahia, os Tupinambá também denunciaram uma série de violências cometidas contra as comunidades indígenas

Com lei, sem lei, apesar da lei e contra a lei, os povos indígenas sempre estarão na luta

Assessoria de Comunicação

“O encontro reforçou aquilo que de mais precioso os povos indígenas possuem: seus jovens, que continuarão a luta dos mais velhos pela Terra Sem Males. Também foi um momento de intercâmbio: se nas décadas de 1970 e 1980 ocorriam as Assembleias Indígenas, onde os povos se conheciam e trocavam experiências, hoje a juventude faz algo semelhante”.

As palavras de Ângelo Bueno, missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), resumem o Encontro da Juventude Indígena do Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Pará e Amapá ocorrido entre os dias 11 e 14 de agosto, em Manaus (AM). Às voltas com problemas dos mais variados na Amazônia, os jovens se debruçaram sobre discussões envolvendo “grandes projetos de morte”, caso do Redd, dos mega empreendimentos, da grilagem de terras, da invasão madeireira nos territórios, do agronegócio e da exploração petrolífera.

“Projetos estes que afetam diretamente o modo de vida de nossos povos, violando nossos direitos, através das criações das PEC 215/00, PEC 409/01, PEC 2540/06, PL 1610/96, PL 4059/12, PL 490/07, PL 2057/91, PL 4750/12 e o Marco Temporal, que vem nos atacando nesses últimos tempos”, diz trecho da

Carta Aberta do encontro. Outro tema discutido pelos jovens foi a afirmação dos costumes e das crenças diante do Estado e da sociedade que a todo momento os interpela negando a eles tais direitos.

“Atualmente, estamos sofrendo violências e violações de nossos direitos constitucionais. Buscamos justiça pela vida, fortalecendo nossos costumes, crenças e tradições protegendo nossas terras e territórios”, afirmaram.

Unir para lutar e unificar para vencer

Entre os dias 23 e 28 de agosto, em Luziânia (GO), ocorreu o Seminário Nacional da Juventude Indígena, que reuniu jovens que participaram de vários encontros regionais realizados em diversas regiões do país durante 2016. Diante do complexo e iníquo cenário em que se pretende a todo custo suprimir direitos indígenas, os jovens de dezenas de povos assumiram o comprometimento com a árdua luta da resistência e a afirmação de seus direitos e projetos de Bem Viver. Nesse sentido, elas e eles reafirmaram o respeito com as anciãs e os anciãos e com todo o conhecimento ancestral sagrado que lhes foi e continua sendo passado.

Os documentos finais dos dois encontros podem ser acessados em: goo.gl/PqaEml e goo.gl/jfaKp7K

“A terra é nossa mãe, por isso cuidamos dela”

Reunidas em Araguaína nos dias 10 e 11 de agosto, as mulheres indígenas dos povos Apinajé, Krahô, Xerente, Kanela do Tocantins, Karajá de Xambioá, junto com quilombolas do Quilombo Dona Jucelina, do município de Muricilândia, debateram sobre os ataques e as

ameaças que seus territórios vêm sofrendo.

As mulheres denunciam as danosas consequências da expansão do agronegócio no estado do Tocantins e exigem, como garantia mínima para a sobrevivência de seus povos e comunidades, a mudança do modelo de desenvolvimento agressivo contra a natureza e os povos e comunidades tradicionais, a reforma agrária e a demarcação e titulação de seus territórios tradicionais.

“Os projetos de plantio de soja, cana-de-açúcar, eucalipto e de outras monoculturas, que destroem a natureza e matam as nascentes, diminuem as águas em nossas aldeias, acabam com os nossos peixes, e matam as nossas caças... Nós, mulheres, estamos sofrendo todos os efeitos negativos do agronegócio. Nossas crianças estão ficando doentes e não estamos sabendo como cuidar delas”.

Leia o documento final do encontro em: goo.gl/yinIU3



Sara Sanchez

A contínua agonia e morte dos Guarani nas margens das rodovias

Roberto Liebgott, Coordenador do Cimi Regional Sul

Sem a demarcação de suas terras, as comunidades Guarani Mbya vivem sob as lonas e sob as rodas dos caminhões nas margens das rodovias, estaduais e federais, no Sul do país.

Cotidianamente repetem-se nos acampamentos indígenas as situações de dor, sofrimento e morte. Desta vez foi vitimado, pelas rodas de um caminhão, Lucas Fernandes, de apenas 36 anos de idade. Homem que lutava, juntamente com sua comunidade, pela possibilidade de ter uma vida longe do asfalto e da morte prematura.

O acidente ocorreu no Km 299 da BR-290, no município de Caçapava do Sul, no acampamento que recebe o nome da Terra Indígena Irapuá. Palco de inúmeras injustiças, ameaças, expulsões, abandono e exclusão.

Na tarde de 30 de julho, quando Lucas atravessava a rodovia com o objetivo de tomar um ônibus para visitar seus parentes, que habitam outro acampamento do povo Guarani, a 30 quilômetros do Irapuá, acabou sendo atingido por um caminhão que trafegava em alta velocidade.

A vida de Lucas foi ceifada antes mesmo dele ter tido a possibilidade de pisar dentro da pequena área demarcada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e reconhecida pelo Ministério da Justiça como sendo terra tradicional de seu povo, os Guarani Mbya.

Lucas morreu porque a única opção que o Estado lhe ofereceu foi a de viver na exclusão. Exclusão da assistência em saúde, da educação, do saneamento básico, da possibilidade de poder beber um copo de água potável. Exclusão da terra mãe.

Os fazendeiros, que em sua maioria são grileiros, recebem do Estado o direito à propriedade de áreas dentro de terras indígenas. Eles não aceitam a existência dos Guarani, não admitem a possibilidade de que estes têm direitos e obrigam, através das artimanhas políticas e jurídicas, que



As terras tradicionais dos Guarani Mbya foram doadas pelo Estado aos fazendeiros

as vidas indígenas sejam expostas às mais variadas formas de violências.

Lucas morreu sobre o asfalto da rodovia e à margem do direito – não apenas da estrada. O excluíram de tudo e, apesar de ser filho da terra, não há sequer uma cova para enterrar seu corpo, levado para uma distância de trezentos quilômetros, na área Guarani do Cantagalo, no município de Viamão, uma pequenina terra onde há um cemitério para as vidas que são brutalmente arrancadas pela violência de um sistema e uma sociedade excludente e marcada pela ganância.

No Rio Grande do Sul, as terras indígenas, menos de 90, estão com os procedimentos de demarcação paralisados. Essa determinação foi do governo federal com o propósito de beneficiar os políticos da bancada ruralista, além de não querer enfrentar a judicialização de seus atos administrativos. São ínfimos os hectares de terras regularizados no estado mas, apesar disso, a oposição a esse direito constitucional é intensa. ♦

Povo Madiha (Kulina) enfrenta aumento de suicídios, violência e alcoolismo

O Regional Amazônia Ocidental do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) vem a público manifestar sua preocupação frente ao aumento dos casos de violência e suicídios que estão ocorrendo nas aldeias Madiha (Kulina) do alto Purus.

Desde o dia 1º de dezembro de 2015 até o dia 14 de julho de 2016 já foram registrados dez casos de suicídio ao longo das diversas aldeias nos rios Purus e Chandless.

Afora os casos de suicídio, recentemente, os Madiha (Kulina) enfrentaram outras situações de violência, como o afogamento de um indígena (Bernoni Kulina), no porto da cidade de Manoel Urbano, e o assassinato de Francisco Kulina; cometido também em Manoel Urbano, este crime permanece impune e o assassino continua solto.

Para piorar esta dolorosa e violenta realidade, ocorre uma crescente onda de consumo de gasolina, seja por inalação ou ingestão, pelos jovens Madiha (Kulina) e até mesmo por alguns adultos, além do alto consumo de bebidas alcoólicas facilmente encontradas nos bares das cidades ou nas áreas vizinhas à terra indígena.

Em 19 de abril de 2016, o Cimi formalizou uma denúncia junto ao Ministério Público Federal (MPF) solicitando que a Fundação Nacional do Índio (Funai), a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e outros órgãos competentes se inteirassem dessa situação e propusessem políticas públicas voltadas à valorização da vida do povo Madiha (Kulina), de acordo com sua cultura e espiritualidade. Infelizmente,



É preciso que o Estado implemente políticas públicas voltadas à valorização da vida do povo Madiha (Kulina), no Acre

até o momento não tomamos conhecimento de nenhuma iniciativa neste sentido.

Manifestamos ainda nossa preocupação com o crescente aumento do número de casos e com o impedimento de nossa equipe entrar nas aldeias para contribuir e apoiar o povo na busca de soluções. Desde o início nos colocamos à disposição, inclusive, fornecendo o auxílio de profissionais e, por isso, repudiamos toda e qualquer tentativa de impedir nossa atuação e ocultar a verdade sobre o que vem ocorrendo.

Rio Branco, 29 de julho de 2016
 Regional Amazônia Ocidental do Cimi

Pauta Indígena

1/8

♦ Cimi obtém status consultivo na ONU: "Denúncia das violências contra os indígenas se qualifica"

4/8

♦ Ibama arquiva licenciamento da hidrelétrica São Luiz do Tapajós, que alagaria território Mundurucu

5/8

♦ "Direito não se negocia, direito se cumpre", afirma liderança Kaingang da TI Rio dos Índios

8/8

♦ Cimi Regional MT reflete sobre os povos indígenas em contextos urbanos durante 42ª Assembleia

10/8

♦ Como se diz Fora Temer! em Macuxi?: V Marcha dos Povos Indígenas de Roraima

11/8

♦ Morte anunciada no Tocantins: CPT denuncia mais um caso de assassinato no campo
 ♦ Indígenas, quilombolas e pescadores pedem à Alemanha que não importe produtos de quem agride suas vidas e territórios

12/8

♦ Incêndio na TI Arariboia começou há mais de 30 dias e apenas 18 Guajajara o combatem
 ♦ Depois de prisão arbitrária no Pará, indígena Poró Borari responde a processo em liberdade

15/8

♦ Gamela retomam fazenda usada para retirar barro do Rio Pirai (MA), sagrado para o povo
 ♦ "Nós, mulheres, somos mães e cuidamos dos nossos filhos; a terra é nossa mãe, por isso que cuidamos dela"

16/8

♦ 1 mil fecha Seduc de PE por criação da categoria de professor indígena e contra municipalização da educação

17/8

♦ Relatório revela alto grau de insegurança alimentar e nutricional entre Guarani e Kaiowá
 ♦ Povo Mura mobiliza-se por direitos no Amazonas

18/8

♦ Conselho Terena se prepara para a 9ª Grande Assembleia do povo

23/8

♦ Armas e munições são apreendidas com fazendeiros presos por ataque a Guarani e Kaiowá em Caarapó (MS)
 ♦ Mobilização histórica dos povos indígenas de PE impede retrocessos e avança pauta da educação
 ♦ Indígenas e quilombolas protestam no TRF-4 (RS) contra o Marco Temporal e são recebidos por desembargadora

24/8

♦ Povo Pataxó da TI Comexatibá sofre atentado e ameaças de despejo forçado da aldeia Cahy

25/8

♦ "Em luta pela Amazônia Viva": povos da floresta reúnem-se para discutir ameaças da economia verde

26/8

♦ Requerimento para nova CPI da Funai e do Incri mira demarcações que somam mais de 52 mil indígenas
 ♦ Relatório evidencia situações de confinamento e segregação racial de indígenas na região Sul

29/8

♦ Guardas florestais Ka'apor sofrem emboscada e mais um ramal madeireiro é descoberto na TI Alto Turiaçu

31/8

♦ Impunidade marca um ano do assassinato de Simião Vilhalva Guarani e Kaiowá
 ♦ Em paralelo à votação do impeachment, CPI da Funai e do Incri é recriada na Câmara

Relatório do Cimi revela que violência contra indígenas permanece acentuada no Brasil

“Não é justo que as empresas possam ser cada vez mais construídas nos territórios indígenas e os verdadeiros e originais desta terra estão sendo expulsos, estão sendo exterminados. Isso não é justo pra nós. E não vamos aceitar”. Elson Canteiro Guarani Kaiowá.

Assessoria de Comunicação

A omissão dos poderes públicos em relação aos direitos dos povos indígenas permanece acentuada no Brasil. Sistematizados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) no relatório *Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil*, os dados de 2015 apontam 654 casos registrados de omissão apenas em relação ao direito à terra, o que impacta drasticamente no direito deles viverem de acordo com o seu modo tradicional, ambos reconhecidos e garantidos pela Constituição Federal. Os registros das situações de violência contra os povos originários também permaneceram bastante elevados. O relatório foi lançado no dia 15 de setembro, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília.

Em 2015, verificou-se a continuidade dos casos de invasão e devastação das terras demarcadas (53 registros); assim como se manteve a realidade de agressões às pessoas que lutam por seus legítimos direitos, com um alto registro de assassinatos de indígenas (54 casos, de acordo com o Cimi; e 137, de acordo com os órgãos oficiais); tentativas de assassinato (31 casos); homicídios culposos (18); ameaças de morte (12), dentre outros. Um assustador número de morte de crianças até 5 anos foi registrado (599 casos), em muitos casos por doenças facilmente tratáveis. O número de suicídios (87), sendo a maioria deles registrados no estado do Mato Grosso do Sul e referentes ao povo Guarani e Kaiowá (45), também é considerado bastante elevado e preocupante.

Chamou atenção em 2015 o agravamento do número de perversos ataques milicianos contra os frágeis acampamentos das comunidades Guarani e Kaiowá, também no Mato Grosso do Sul (*leia depoimento da liderança Elson Canteiro Guarani Kaiowá nesta página*). Até mesmo inaceitáveis práticas de tortura com requintes de crueldade, como a quebra de tornozelos de anciãos, foram realizadas. Neste caso específico, em outubro, no *tekoha* Mbaracay, município de Amambai, após um desproporcional ataque com armas de fogo.

Como em anos anteriores, em 2015 pouco se avançou nos processos de regularização das terras indígenas. Sete homologações foram assinadas pela presidenta Dilma Rousseff, enquanto o Ministério da Justiça publicou apenas três Portarias Declaratórias e a Presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) identificou somente quatro terras indígenas.

De acordo com a Constituição Federal, todas as terras tradicionais indígenas deveriam ter sido demarcadas até 1993, cinco anos após a promulgação da Constituição. No entanto, de acordo com o levantamento do Cimi, em 31 de agosto de 2016, 654 terras indígenas no Brasil aguardavam atos administrativos do Estado para terem seus processos demarcatórios finalizados. Esse número corresponde a 58,7% do total das 1.113 terras indígenas do país.

Observa-se que, do total dessas 654 terras indígenas com pendências administrativas para terem finalizados os seus procedimentos demarcatórios, 348 terras - ou seja, pouco mais da metade (53%) - não tiveram quaisquer providências administrativas tomadas pelos órgãos do Estado até hoje. O maior número de terras nessa etapa Sem Providências concentra-se no Amazonas (130), seguido pelo Mato Grosso do Sul (68) e pelos estados de Rio Grande do Sul (24) e Rondônia (22).

Outras 175 terras, ou 26%, encontravam-se na fase A Identificar. Em muitos casos, verifica-se intensa morosidade nesta etapa. Este é o caso da Terra Indígena (TI) São Gabriel/São Salvador, do povo Kokama, localizada no município de Santo Antônio do Itaipava, no Amazonas, que teve seu Grupo Técnico criado em 25 de abril de 2003 mas, doze anos depois, seus trabalhos ainda não foram concluídos.

Nas análises publicadas no relatório, o Cimi avalia que a ofensiva sobre os direitos indígenas realizada pelos Três Poderes, e protagonizada especialmente pela bancada ruralista no Congresso Nacional, assim como pelo Executivo em relação à omissão nas demarcações de terras, é diretamente responsável pela permanência do quadro de severa violência e violações aos povos indígenas no Brasil.

Nesse contexto, o secretário executivo do Cimi, Cleber César Buzatto, ressaltou a agudez da criminalização em 2015. “A tentativa de criminalizar lideranças indígenas, profissionais de antropologia, organizações e pessoas da sociedade civil que atuam em defesa dos projetos de vida dos povos indígenas no Brasil também foi intensificada pelos ruralistas em 2015”, avalia Buzatto, referindo-se, por exemplo, às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) contra o Cimi, instalada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, e a da Funai e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), instalada na Câmara dos Deputados.



DEPOIMENTO

“Estamos tentando voltar a viver o nosso futuro, o futuro das nossas crianças”

“Como as terras indígenas não são demarcadas, também é genocídio. O governo brasileiro também é parte do genocídio Guarani e Kaiowá e deve ser denunciado fora deste país porque o Brasil tem o compromisso com outros países de punir os assassinos. O genocídio não está se dando somente com tiros, está se dando de diversas formas”

Meu nome é Elson Guarani e Kaiowá, do Mato Grosso do Sul. No momento a gente tá na luta sobre o nosso território Guarani Kaiowá, Dourados Amambaipaguá. Recentemente, a portaria dele foi publicada. A partir de 12 de dezembro de 2014, nós, Guarani Kaiowá, da área de Caarapó, basicamente uma população indígena de seis mil pessoas, retomamos nosso *tekoha* tradicional, conhecido como Tey'i Jusu. A partir de Tey'i Jusu, a minha luta de experiência é pouca, mas é suficiente para que eu possa entender o tamanho da violência que vem acontecendo com os Guarani Kaiowá, no estado do Mato Grosso do Sul. Durante a minha luta, nas áreas de retomadas, participei de várias reuniões, das assembleias dos Guarani Kaiowá, Aty Guasu, e também da luta pelo território tradicional do nosso povo. Depois da retomada de Tey'i Jusu, a gente sofreu os ataques dos fazendeiros que, basicamente com mais ou menos 80 caminhonetes, todas eram Hilux, nos atacaram e destruíram as nossas casas. Uma menina foi desaparecida e até o momento não foi investigado o que aconteceu. Ela nunca mais apareceu na comunidade.

Então, hoje vivemos em um momento muito triste. No caso de nós, que vivemos em uma área de retomada, estamos sofrendo diariamente violações graves. Por exemplo, ataques paramilitares, ataques de venenos agrotóxicos dentro da área de retomada e também o despejo desse veneno, que vem poluindo as águas que a gente utiliza também pra fazer alimentos e tudo mais.

Primeiramente, gostaria de dizer o que significa uma área de retomada. O que é retomada? A retomada é quando estamos voltando, tentando ocupar aquilo que é nosso, aquilo que pertence ao nosso povo por direito há milhares de anos. Não é que a gente está invadindo e tomando uma propriedade que não é nossa. Não é isso. Estamos retornando e recuperando o nosso modo de vida, de viver como povo Guarani Kaiowá, como sempre vivemos. A gente, a partir do momento que retomamos nosso *tekoha*, o que acaba acontecendo? Sempre o nosso parente acaba perdendo a vida por lutar pelos seus

Elson Guarani Kaiowá, jovem professor e liderança, explica didaticamente porque seu povo não desiste do território tradicional e denuncia a violência que sofrem como consequência dessa resistência



direitos. A retomada não é somente do nosso território tradicional, é a retomada da nossa terra, retomada do nosso alimento tradicional, a retomada da nossa cultura, do nosso modo de vida. Isso é que é retomada. Então, pra nós, não é somente uma retomada do nosso território. É a retomada do nosso modo de viver, do Bem Viver do povo Guarani Kaiowá, que na nossa língua significa *Teko Porã*. Porque a retomada tem uma significativa muito forte: é quando a gente retoma o que é nosso, nosso conhecimento, aquilo que foi tirado de nós.

Quero dizer aqui que a nossa vida não está na reserva porque a reserva já criou muitos danos pro nosso povo. Muitos estão morrendo na reserva, sem condição de plantar, sem condições de viver o nosso modo de vida, sem condições de viver a nossa liberdade. Quando retomamos a nossa terra, lá está a nossa vida, lá está a nossa liberdade, lá está a liberdade das nossas crianças, de circular, de ser feliz. Então,

é uma grande honra para nós lutar por nosso território.

E o que significa território pra nós, Guarani Kaiowá? Nós vivemos de um modo muito diferente. O nosso pensamento é diferente dos não indígenas. *Tekoha Guasu* significa o grande território, que também hoje está correndo risco de não ser demarcado. Este grande território que a gente tanto precisa pra continuar vivendo e sobrevivendo. Um lugar onde se reproduz uma comunidade do povo do jeito que seja o povo Guarani Kaiowá.

Qual é a nossa preocupação, dos Guarani Kaiowá, no momento? A decisão política do governo que, no Legislativo, cria um projeto de lei que visa mudar a Constituição que garante o nosso direito; no poder Executivo, que paralisou a demarcação; e no Judiciário, que está revisando as terras demarcadas. Isso, pra nós, é genocídio. Isso, pra nós, está tirando o nosso direito de viver como povo no nosso *tekoha*.

Então, nós, enquanto Guarani Kaiowá, no nosso território tradicional, estamos tentando voltar a viver o nosso futuro, o futuro das nossas crianças. É por isso que eu me orgulho de estar aqui hoje. Nós sabemos que temos direitos garantidos na Constituição. Hoje nós falamos isso pra nossa comunidade. A cada dia estamos conversando mais sobre a conjuntura política e econômica que cada vez mais é contra a demarcação das terras indígenas. Então, nós também, cada vez mais, estamos firmes na luta. Pra conquistar o direito que a gente tem na Constituição, muitas lideranças não estão mais aqui, deram suas vidas pra garantir este direito. E nós temos que lutar hoje para que esta lei seja cumprida. Até o momento nenhum fazendeiro foi morto. Sempre nós, indígenas, somos mortos na retomada de nossas terras.

Para nós é uma honra ser guerreiro, morrer para defender uma vida ou morrer para garantir que alguém tenha vida. A nossa organização social também é garantida por lei. Nós nos organizamos do jeito que nós bem entendemos. Então, não precisa alguém falar para nós "vai, entra lá, aquele território pertence a vocês". Nós mesmos tomamos a nossa decisão e partimos.

O que a gente precisa é de apoio e solidariedade aos Guarani Kaiowá. Não é justo que as empresas possam ser cada vez mais construídas nos territórios indígenas e os verdadeiros e originais desta terra estão sendo expulsos, estão sendo exterminados. Isso não é justo pra nós. E não vamos aceitar.



“Pra conquistar o direito que a gente tem na Constituição, muitas lideranças não estão mais aqui, deram suas vidas pra garantir este direito. E nós temos que lutar hoje para que esta lei seja cumprida.”

que não tiveram medo de defender a denúncia, a grave violação que tava acontecendo com nosso povo. Por isso calaram a boca deles. Mas isso que eles fizeram não acabou na nossa memória, está sempre plantado aqui na nossa cabeça. Ele foi um grande líder e não teve medo. A gente também não tem medo. Porque se a gente mostrar que tem medo, o ameaçador já vai se sentir vitorioso porque a gente mostrou que tem medo. A gente não vai mostrar que tem medo pra esta bancada ruralista e pra este setor político econômico que está tentando acabar com a demarcação de nossas terras.

No Mato Grosso do Sul, quando você visita, o que você vai observar mais lá? É cana, é soja, é o milho. E o que as bancadas ruralistas defendem? Que eles produzem alimento para a mesa do brasileiro. Mas a verdade é que eles não produzem. Eu deixo uma pergunta: na mesa de vocês, vai a cana, a soja, o milho? Não, isso não está na mesa de todos. Esta soja, o milho e a cana, têm sangue Guarani Kaiowá.

Este país Brasil está manchado com o sangue do povo indígena, que é dono desta terra. Esta terra é nossa, esta terra tem dono: o povo indígena brasileiro, que é originário desta terra.

Quero dizer aqui, como Marçal de Souza e outros líderes que também defendem a causa indígena,

no ataque em que morreu Clodiodi... hoje isso não está sendo em vão. A gente está disposto, a partir de hoje, o povo Guarani Kaiowá vai brigar com a Polícia Federal, com o governo, com qualquer um. A gente não vai sair do local, a gente vai garantir porque aconteceu uma morte, teve o ataque, com vários tipos de armamentos, foi muito pesado...

Acabei fazendo uma oração para Nhanduru, que me fortaleceu pra fazer esta fala porque depois destas imagens [referindo-se ao vídeo sobre o Massacre de Caarapó exibido minutos antes], talvez, eu não conseguiria falar, porque foi muito peso para mim. A partir disso, meu povo nunca mais vai esquecer aquele ataque em Caarapó, este massacre. Muitos foram feridos.

Até o MPF não acreditou; no momento, chegou pedindo desculpa. Muitas vezes a gente não acreditava que isso tava acontecendo. Desde às 7h até às 9h, os carros se juntaram e se agruparam. Às 9h da manhã na terça-feira, se dividiram em dois grandes grupos e eles começaram a atacar. Diante deste massacre e diante da morte de Clodiodi, a gente não poderia abrir mão do nosso *tekoha*. A gente tem que denunciar este governo golpista que tenta acabar com o nosso direito. Guarani Kaiowá é um povo que não desiste porque a gente conseguiu resistir mais de 500 anos até agora. Então, não é por isso que a gente vai desistir.

Quero deixar aqui uma mensagem sobre ameaça. Muitas vezes sou ameaçado de morte. Se me matarem, com certeza, eu renascerei na memória do meu povo Guarani Kaiowá. Que meu sangue seja a semente da liberdade, que em breve será realidade. O povo Guarani Kaiowá morrerá. Outras lideranças morrerão. Mas a nossa organização, o vínculo com a terra, a forma como lutamos, a luta pelo nosso direito, isso nunca vai morrer. ♦

A Rebelião de Ajuricaba

Benedito Prezia, Historiador

Entre os muitos povos do médio Amazonas que resistiram à conquista portuguesa destaca-se o povo Manao¹. Pouco se sabe sobre esta nação que vivia próximo à foz do Rio Negro. Seu nome provavelmente está relacionado aos moradores da legendária cidade do ouro, chamada Manoá, que era o *El Dorado* dos espanhóis. Esses indígenas, de língua Aruak, eram grandes guerreiros e foram acusados de antropofagia, embora tal prática nunca tivesse sido comprovada.

Entre os poucos registros que deles se guardam, há um pequeno relato do padre Samuel Fritz, jesuíta alemão que, em 1689, teve contato com eles no médio Solimões. Ele assim os descreveu:

Enquanto estava em minha choça, veio comerciar com os Jurimaguas, em umas dez canoas, uma tropa de Manaves [Manao], índios gentios [não cristãos]. Eu, à sua chegada, saí para recebê-los... Vieram e, muito contentes, estiveram comigo, chamando-me em sua língua "Abbá-Abbá", que significa "padre". São esses índios Manaves muito valentes e temidos dos gentios vizinhos e fizeram frente, há anos, a uma tropa portuguesa².

Embora a conquista da Amazônia tenha se iniciado após a expulsão dos franceses do Maranhão, em 1615, a grande disputa territorial travava-se com os espanhóis, que ainda se sentiam donos da metade do continente. Essa contenda tomou corpo e causou espanto, quando Pedro Teixeira, em meados de 1637, subiu o Rio Amazonas, conseguindo chegar até Quito, no atual Equador, uma das mais importantes cidades do Vice-Reinado do Peru.

A aproximação dos lusitanos com o povo Manao ocorreu bem mais tarde, em 1675. Percebendo a dificuldade na conquista desse imenso território, cortado por inúmeros rios, o sargento Guilherme Valente, comandante da recém-construída fortaleza de São José do Rio Negro, decidiu fazer aliança com esse povo, casando-se com a filha de Kaboquena, importante cacique Manao. Tal união, que parecia ser uma vantagem para esse povo, mostrou-se desastrosa, pois levou não somente à disseminação de doenças, mas, sobretudo, ao aumento do tráfico de escravos. Foram presos não somente indígenas inimigos, como também muitos guerreiros Manao, vítimas da prepotência lusitana.

Com a morte de Kaboquena, no início do século XVIII, seu filho mais velho Huiuebene, assumiu a chefia do povo. Manteve a prática escravista do pai, provocando mais descontentamento das lideranças. Até seu próprio filho, Ajuricaba, decidiu retirar-se para o interior com seu grupo familiar.

Percebendo que a pacificação indígena não seria tarefa fácil, o rei de Portugal pediu aos carmelitas para estabelecerem missões ao longo do Rio Negro. Nessa época foram criadas as missões de Santa Rita da Pedreira,

Santo Ângelo de Cumaru, Nossa Senhora da Conceição de Mariuá (futura Barcelos) e Nossa Senhora do Carmo de Caboquena.

Huiuebene não imaginava que poderia ser vítima também do esquema escravista que apoiava. Desentendendo-se com os comerciantes quanto ao preço dos cativos, foi morto por eles. Ao saber da morte do pai, Ajuricaba retornou à aldeia para devolver a antiga altivez a seu povo e reorganizar a comunidade.

Articulando-se com os Mayapena, habitantes de cachoeiras do alto Rio Negro, fez uma frente de resistência, desencadeando, em 1723, uma guerra que duraria quatro anos.

Com um grupo de guerreiros, passou a atacar a fortaleza de São José do Rio Negro e as várias missões da região. Com armas de fogo que os holandeses lhes passavam e com outras armas obtidas em confronto com os portugueses, os Manao se mostravam cada vez mais afoitos. Como escreveu o governador do Pará, Maia da Gama, além de armas de fogo, "se fortificaram em paliçadas de tronco e barro, e até com torres para observação e defesa. Por esse motivo nenhuma tropa lhes atacou até agora pelo temor de suas armas e coragem. E por essa dissimulação estão eles transformados em orgulhosos a se arrogarem em cometer todos os excessos e matanças"³.

O governador do Pará queria uma ação mais radical, a ser realizada por uma expedição punitiva, embora não tivesse certeza de vitória. Essa insegurança possibilitou uma negociação entre as partes, sugerida pelo jesuíta José de Souza, numa tentativa de ganhar tempo e buscar uma saída menos violenta.

Indo à região, o missionário conseguiu selar um tratado de paz: cinquenta prisioneiros indígenas das missões seriam trocados por cinquenta guerreiros Manao,

que estavam em poder dos portugueses. Ajuricaba se comprometeu também em tirar a bandeira holandesa que tremulava em sua canoa, que para ele não passava de um enfeite sem muito valor.

O tratado de paz durou pouco, pois logo chegaram a Belém notícias de que o conflito recomeçara. O governador mandou um pequeno exército equipado com canhão. Depois de um cerco de vários dias, a fortaleza indígena caiu sob o poderio das armas de fogo. Ajuricaba e mais trezentos guerreiros foram presos e deveriam ser conduzidos a Belém. Era o ano de 1727.

Na viagem, esse líder e os outros prisioneiros se rebelaram, conforme o registrado numa carta que o governador enviou ao rei de Portugal:

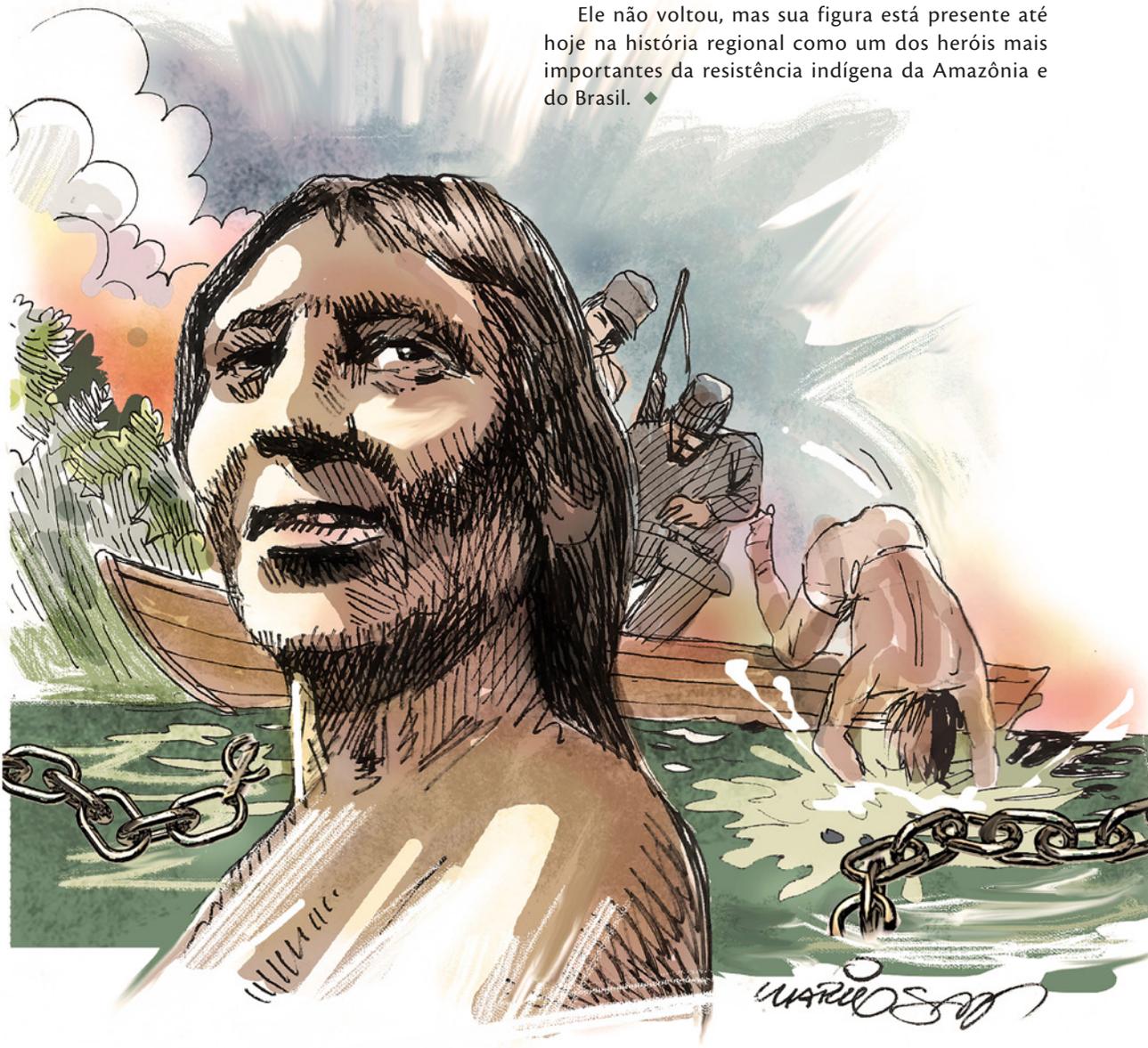
Quando Ajuricaba estava vindo como prisioneiro para a cidade de Belém, e ainda estava navegando no rio, ele e outros homens levantaram-se na canoa, onde estavam sendo conduzidos, agrilhoados, e tentaram matar os soldados. Estes sacaram suas armas e feriram alguns deles e mataram outros. Então, Ajuricaba saltou da canoa para a água, com outro chefe, e jamais apareceu vivo ou morto. Deixando de lado o sentimento pela perda de sua alma, ele nos fez uma grande gentileza, libertando-nos dos temores de sermos obrigados a guardá-lo⁴.

Ajuricaba, atirando-se nas águas do Amazonas, perdeu a vida, mas entrou para a memória de seu povo como o grande libertador, e que voltaria um dia a resgatá-lo do poder dos portugueses.

O ouvidor Francisco Ribeiro de Sampaio, ao visitar o Rio Negro no final do século XVIII, ficou surpreso com esse episódio de luta indígena:

O que é mais célebre na história de Ajuricaba, é que todos os seus vassalos e os da sua nação, que lhe tributavam o mais fiel amor e obediência, (...) parecendo-lhe quase impossível que ele morresse, pelo desejo que conservavam da sua vida, esperavam por ele, como pela vinda de El Rei D. Sebastião esperam os nossos sebastianistas⁵.

Ele não voltou, mas sua figura está presente até hoje na história regional como um dos heróis mais importantes da resistência indígena da Amazônia e do Brasil. ♦



1 Aparecem na documentação várias grafias para este povo; optamos por essa registrada nos documentos oficiais no século XVIII, assim como no único texto nesse idioma, que é um catecismo católico, cuja versão foi feita por um indígena cristão Manao desse mesmo século.

2 Diário, *Revista do Instituto Histórico Geographico Brasileiro*, vol. 81, [1917], p. 381.

3 GAMA, Maia da. Relatório ao rei de Portugal, 1727. Apud SOUZA, Márcio, *Ajuricaba, herói de um povo sem memória?* In: *Teatro indígena do Amazonas*, 1979, p. 14.

4 Id., ib., p. 16.

5 O ouvidor faz referência à lenda que afirma que Dom Sebastião, jovem rei português morto numa batalha no norte da África, em 1580, retornaria em 74 dias para implantar um novo império português, mais poderoso que o anterior. In: SAMPAIO, Francisco, *Diário da viagem que em visita e correção das povoações da capitania de S. José do Rio Negro fez o ouvidor e intendente geral da mesma, Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno de 1774 e 1775*. Lisboa, 1825, p. 112.